

# Sumário

Número de notícias: 44 | Número de veículos: 25

O GLOBO - RJ - ECONOMIA RECEITA FEDERAL DO BRASIL Análise da Reforma Tributária levará dois meses, diz Pacheco.....	4
JORNAL DE BRASÍLIA - DF - POLÍTICA RECEITA FEDERAL DO BRASIL Braga relatará Reforma Tributária.....	5
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS RECEITA FEDERAL DO BRASIL Deflação é ponto para o governo, mas jogo está longe de uma vitória.....	6
O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA RECEITA FEDERAL DO BRASIL Após reforma tributária e Carf, cruzeiro de Wesley Safadão rumo às Bahamas.....	7
FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA RECEITA FEDERAL DO BRASIL Lula aceita negociar Caixa e Funasa e discute trocas em bloco com centrão.....	8
CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA SEGURIDADE SOCIAL Lula cobra redução da fila do INSS.....	10
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO SERVIDOR PÚBLICO "Setor público pode ser emocionante para geração Z".....	12
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA Senado rejeita fatiar a reforma tributária.....	14
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA Brecha para estados vai contra princípio reformista.....	16
ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA RECEITA FEDERAL DO BRASIL "A gente não negocia com o Centrão", afirma Lula.....	18
ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA Pacheco nega fatiamento da proposta da reforma.....	19
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO REFORMA TRIBUTÁRIA Reforma pode ganhar no Senado trava para alíquota de novo imposto.....	20
O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES REFORMA TRIBUTÁRIA Emenda parlamentar é do jogo democrático. (Editorial).....	22
O ESTADO DE S. PAULO - ESPAÇO ABERTO REFORMA TRIBUTÁRIA Reforma tributária: é preciso continuar a luta (Artigo).....	24
O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA União Brasil quer mais ministérios, mas falta de consenso impede acordo.....	26

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Valdemar defende ala do PL pró-reforma ..... 28

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Tarcísio promete manter recursos para universidades com a reforma tributária ..... 29

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Pacheco nega "fatiamento" de reforma; Braga será o relator ..... 30

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

"Não tenha dúvida de que o texto da Câmara vai ter de sofrer ajustes" ..... 31

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Relatório deve ficar pronto para votação até outubro ..... 33

O GLOBO - RJ - OPINIÃO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

CPMI entre o horror e a irrelevância - VERA MAGALHAES ..... 34

O GLOBO - RJ - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Hacker: Zambelli pediu invasão a contas de Moraes ..... 35

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

A tal Reforma Tributária possível - ZEINA LATIF ..... 37

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Triplicar ensino técnico daria ganho no PIB de até 2,32%, indica estudo ..... 39

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Braga é considerado aliado importante pelo Planalto ..... 41

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Fazenda vê com cautela artigo que permite a Estados criar contribuição ..... 42

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Deflação de junho torna iminente a queda dos juros (Editorial) ..... 44

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Varejo reage à isenção a marketplaces ..... 46

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Costa Neto: Lula é muito mais fácil de lidar que Bolsonaro ..... 49

G1 - NACIONAL - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governo vai agir para evitar efeito pingue-pongue na reforma tributária ..... 50

O GLOBO - ON LINE - RJ - BLOGS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Os primeiros sinais positivos de Eduardo Braga como relator da reforma tributária no Senado  
..... 52

O GLOBO - ON LINE - RJ - BLOGS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**Mercado financeiro muda, passa a apoiar Haddad e 100% apostam em queda de juros, diz pesquisa Genial/Quaest** ..... 53

O GLOBO - ON LINE - RJ - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**Com Reforma Tributária, plano de saúde e mensalidade escolar vão aumentar? Especialistas respondem** ..... 55

O GLOBO - ON LINE - RJ - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**Simples ou MEI: como a Reforma Tributária mexe com a vida dos pequenos empreendedores?** ..... 57

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**Governo mapeia dificuldades e escala Tebet para aprovar reforma tributária no Senado** ..... 59

PORTAL UOL - NOTÍCIAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**Fatores externos e internos ajudam a melhorar ambiente econômico no Brasil, dizem especialistas** ..... 60

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

**País tem 1ª deflação em 9 meses, com queda de alimento, carro e combustível** ..... 62

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

**Afinal, o que faz os economistas olharem o resultado com cautela?** ..... 65

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

**Choque de interesses ameaça plano de taxa global da OCDE** ..... 67

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
ECONOMIA

**IPCA reforça queda de juro** ..... 69

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO  
ECONOMIA

**Anatomia da deflação (Editorial)** ..... 71

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

**FMI vê crescimento de 3% para economia mundial** ..... 72

O GLOBO - RJ - OPINIÃO  
ECONOMIA

**IPCA de junho é resultado do trabalho do BC (Editorial)** ..... 73

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
ECONOMIA

**Para Fazenda, "processo desinflacionário está em curso"** ..... 74

# Análise da Reforma Tributária levará dois meses, diz Pacheco

**VICTORIA ABEL E RENAN MONTEIRO**

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, recebeu ontem, na Residência Oficial do Senado, os ministros Fernando Haddad (Fazenda) e Simone Tebet (Planejamento).

Em coletiva depois do encontro, Pacheco estimou o prazo de dois meses para o Senado avaliar "todos os pontos da Reforma", antes da votação final, o que deve ocorrer até o fim do ano.

- Agora cabe ao Senado cumprir seu papel para entregar à sociedade, nos próximos meses, a **Reforma Tributária**. O regimento impõe o parecer de uma comissão, da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça). O que eu estimo é que possamos fazer esse trabalho em dois meses e possamos promulgar a **Reforma Tributária** ainda neste ano - disse o presidente do Senado.

Ele também confirmou que o relator da **Reforma Tributária** será, como antecipou a colunista do GLOBO Míriam Leitão, o senador Eduardo Braga (veja entrevista acima). A tramitação começa em agosto.

A proposta passará pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que, segundo Pacheco, "vai ajudar no debate" da reforma, mas não terá "missão deliberativa".

Ele explicou que a única instância de deliberação, no caso de uma proposta de emenda à Constituição (PEC), é a CCJ.

Depois de passar por esta comissão, o texto da proposta segue para o plenário.

Haddad, por sua vez, afirmou que Executivo e Congresso estão no caminho de entregar para o país "um 2024 melhor que 2023", com a promulgação das reformas econômicas.

Ele disse ainda ter recebido "uma sinalização importante" do Senado, de que o projeto de lei que trata do chamado "voto de qualidade" no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, o tribunal da Receita) será apreciado na Casa ainda em agosto.

Mais cedo, em conversa com jornalistas na Fazenda, Haddad defendeu ajustes no texto da **Reforma Tributária**: - Entendo que o Senado tem um papel de, talvez, dar uma "limada" no texto. Significa deixar ele mais redondo, deixar mais leve, com menos exceções. Aí fica um texto limpo, cristalino, que não dá problema de judicialização no futuro.

Penso que tem um trabalho a ser feito de aparar o texto.

Ele ressaltou que o governo não deseja um fatiamento: - Não acredito no fatiamento.

A PEC tem que ser completa. Uma coisa ou outra não precisa ser decidida agora.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

SEM FATIAMENTO

# Braga relatará Reforma Tributária

O Senado Federal deve apreciar o projeto que altera a lei do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais Carf** ainda em agosto e a **Reforma Tributária** deve ficar para o meio do segundo semestre, disse o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). Para a mudança nas regras tributárias, a ideia é que o texto passe apenas pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) antes de ir para o plenário da Casa. Nos dois casos, o relator será o senador Eduardo Braga (MDB-AM).

"O que eu estimo é que possamos fazê-lo ao longo de dois meses e no meio do segundo semestre apreciar no Senado. Intuito é de promulgar **reforma tributária** ainda esse ano", disse Pacheco.

O presidente do Senado se reuniu no fim da manhã de ontem com os ministros da Fazenda, Fernando Haddad, do Planejamento, Simone Tebet, e das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, para discutir a pauta econômica no Congresso Nacional.

A intenção do Senado, prosseguiu Pacheco, é de não fatar a **reforma tributária** e de fazer ajustes no texto recebido da Câmara dos Deputados. "Concordamos com mérito dele, ajuste podem ser feitos, mas temos senso de urgência, de importância e relevância e o Senado cuidará de aprová-la nos próximos meses", ponderou.

Já o projeto do **Carf**, que julga processos tributários, é mais urgente porque o Governo Federal precisa que ele seja aprovado para contar com seus impactos no projeto do orçamento de 2024. A meta do Ministério da Fazenda é zerar o déficit primário no próximo ano.

"O **Carf** estamos confiantes que será apreciada ainda em agosto", avaliou Haddad. Isso é importante, segundo ele, para que o governo federal cumpra as promessas de campanha do presidente Lula, acrescentou o ministro, citando como exemplos a "manutenção de patamar mínimo de investimento, recomposição do piso constitucional da saúde e da educação e resultado primário que almejamos para o ano que vem".

# Deflação é ponto para o governo, mas jogo está longe de uma vitória

**ALEXANDRE CALAIS**

A deflação de 0,08% em junho é mais uma boa notícia para ser colocada em um caldeirão considerado bastante positivo para o governo neste ano. Junte-se aí a aprovação, na Câmara, da **reforma tributária**, na semana passada - talvez a notícia mais importante para a economia em muitos e muitos anos. Mas também houve outras vitórias, como a volta do voto de desempate para o governo no **Carf** - o tribunal que julga litígios envolvendo contribuintes e a Receita - e a aprovação do novo arcabouço fiscal (que ainda depende de uma votação na Câmara, mas que ninguém acredita que possa mudar muito).

O resultado do IPCA do mês passado chega em um momento importante para o governo.

Em pouco mais de duas semanas, nos dias 1.º e 2 de agosto, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central se reúne para definir os rumos da taxa de juros. O mercado já dá como certo que a Selic vá começar a cair nessa reunião.

## PROJEÇÕES.

A melhora no cenário pode ser captada nas projeções de analistas ouvidos pelo BC no Boletim Focus, que é divulgado semanalmente. Em janeiro, a previsão era que o **PIB** tivesse um crescimento de 0,8% este ano. Na pesquisa divulgada na segunda-feira, esse número estava em 2,18%. No caso da **inflação**, a projeção em janeiro era de terminar 2023 em 5,31%. Agora, está em 4,95%, e caindo semana após semana.

Já há muitos economistas apostando até que o Banco Central pode entregar a **inflação** dentro da meta este ano. O objetivo perseguido é de 3,25%, com margem de tolerância de 1,5 ponto, para cima ou para baixo.

Ou seja, se ficar em no máximo 4,75%, o BC terá cumprido seu papel, depois de dois anos seguidos de descumprimento.

É, em suma, um cenário muito melhor que o projetado no início do ano. Mas o jogo está muito, muito longe de estar ganho. Há muitas batalhas pela frente esperando o ministro Fernando Haddad.

Uma delas é colocar de pé o arcabouço fiscal, o

projeto criado para substituir o teto de gastos, e que vai dar limites aos gastos do governo. Da forma como ficou, será necessário um aumento de arrecadação bastante robusto no ano que vem - estimado em mais de R\$ 150 bilhões. Algumas vitórias, como a volta do voto de desempate pró-governo no **Carf**, ajudam nesse sentido, mas ainda não está claro de onde vai vir todo esse dinheiro.

Não será uma tarefa fácil.

## REFORMA.

Outra é evitar que o projeto de **reforma tributária** seja ainda mais desfigurado no Senado. Na Câmara, foi necessária uma série de concessões a grupos de interesse para que o projeto fosse aprovado, resultando em um número excessivo de produtos e serviços beneficiados com alíquotas mais baixas. Ainda dentro da **reforma tributária**, uma nova batalha deve começar em breve: a mudança dos **impostos** sobre a renda, como IRPF, IRPJ e CSLL.

O governo tem mesmo de comemorar o que já conseguiu até aqui, foi mais do que se esperava. Mas o trabalho está só no início, se o objetivo é mesmo criar uma forma de desenvolvimento que se sustente no longo prazo, e não aos soluços, como é, infelizmente, o normal no Brasil.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Após reforma tributária e Carf, cruzeiro de Wesley Safadão rumo às Bahamas

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), antecipou as "férias" para comparecer ao cruzeiro do cantor Wesley Safadão, na Flórida, nos Estados Unidos. Na última semana, o deputado se empenhou para acelerar as votações e aprovou dois projetos considerados prioritários pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva: a **reforma tributária** e o projeto de lei que retoma o chamado "voto de qualidade" no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**.

Em foto publicada anteontem pelo perfil Choquei, no Twitter, Lira aparece conversando com o artista. O presidente da Câmara viajou antes mesmo do recesso parlamentar, que começa no dia 18. Pela Constituição, os parlamentares só poderiam iniciar o período caso tivessem aprovado a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), o que ainda não ocorreu. Porém, será colocado em prática o "recesso branco", após um acordo feito entre os congressistas.

Procurada ontem, a assessoria de Lira não quis se manifestar.

Questionada na semana passada sobre a possibilidade de o deputado ir ao cruzeiro do Safadão, afirmou desconhecer a informação.

ILHA.

O site do "WS On Board Flórida" diz que "o cruzeiro mais animado do Brasil agora é o navio mais animado do mundo!" e seguirá para a "Ilha do Safadão", nas Bahamas, até amanhã. A programação de shows inclui, além de Safadão, artistas como Bell Marques, Zé Neto Cristiano, Léo Santana, Murilo Huff, Marcynho Sensação e Tirullipa. Os ingressos estão esgotados, conforme o site.

O valor da "cabine externa com varanda" saiu a partir de R\$ 13,7 mil por pessoa.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Lula aceita negociar Caixa e Funasa e discute trocas em bloco com centrão

*Julia Chaib, Thiago Resende e Victoria Azevedo Brasília*

Após a pressão de integrantes do centrão por mais espaços no governo, o presidente Lula (PT) deu aval para que aliados negociem cargos ao PP e Republicanos no primeiro escalão e também órgãos como Caixa Econômica Federal e Funasa (Fundação Nacional de Saúde).

A ideia do presidente, segundo integrantes do Palácio do Planalto, é articular as funções com os parlamentares em bloco, isto é, de forma conjunta, para que uma indicação possa contemplar um grupo político, e não apenas um partido.

A avaliação de membros do governo e do centrão é a de que uma negociação ampla de cargos terá mais efeito para a formação da base parlamentar de Lula do que trocas pontuais na Esplanada.

A única certeza que há por ora entre auxiliares próximos do petista é que deputados do PP e Republicanos pediram e o presidente está disposto a oferecer dois ministérios a eles, mas os cargos que serão ofertados não estão fechados.

Se Lula arrastar a negociação, isso deverá frustrar uma ala do centrão. Deputados aliados do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP--AL), esperavam que as trocas ministeriais começassem a ser feitas entre esta e a próxima semana, quando os principais líderes do bloco parlamentar devem retornar a Brasília. Mas integrantes do governo sinalizam que Lula não pretende resolver a questão com essa celeridade.

Em live nesta terça-feira (u), Lula inclusive citou nominalmente os dois partidos ao tratar das negociações com partidos e ao mencionar legendas com quem mantém diálogo.

Como mostrou a Folha, a sinalização de que esses partidos poderão ocupar o primeiro escalão do governo foi dada no final da semana passada a líderes do centrão e foi crucial para destravar a votação do projeto do **Carf** (Conselho Administrativo de Recursos Fazendários), considerado matéria prioritária da pauta econômica do governo. Lira havia ameaçado deixar essa votação para agosto.

Os deputados André Fufúca (PP-MA) e Silvio Costa

Filho (Republicanos-PE) são os nomes apontados para ocuparem ministérios -dois parlamentares próximos à Lira. Co mo mostrou a Folha, o centrão mira o Ministério do Desenvolvimento Social, atualmente chefiado por Wellington Dias (PT), e o Ministério do Esporte, chefiado por Ana Moser.

Além disso, também almeja o comando de estatais como Caixa, Funasa, Embratur e Correios. Ministros próximos de Lula, porém, afirmam que o martelo sobre os cargos a serem ofertados não está batido e que o presidente não tomará decisão açodada. A expectativa é que ele use o recesso parlamentar para negociar as trocas. No caso da Funasa, por exemplo, ainda é preciso definir como será a estrutura do órgão.

Em meio à pressão do centrão, aliados de Lula e a primeira-dama, Rosângela da Silva, a Janja, têm dado recados para que o Planalto blinde o Ministério do Desenvolvimento Social, que cuida do Bolsa Família. O presidente avalia que Wellington Dias tem um desempenho ruim como ministro, mas tem resistido a ceder a pasta responsável pela principal vitrine social do PT.

Dois ministros consideram difícil que o presidente ceda a pasta, ainda mais para o PR comandado por Ciro Nogueira (PP- PI), adversário de Wellington no estado.

Há entre governistas a percepção de que será preciso cortar cargos do próprio PT e entre as possibilidades de arranjos, aliados de Lula não descartam nem que o vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) possa ser remanejado do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio.

Questionado sobre a pressão por uma **reforma ministerial** ampla, Lula afirmou na quinta (6) que "não é a pessoa que quer vir para o governo que escolhe o cargo, quem escolhe o cargo é o governo".

O governo também resiste a ceder Embratur, atrelada ao Ministério do Turismo, que passará a ser comandado pelo deputado Celso Sabino (União Brasil-PA), no lugar da deputada Daniela do Waguinho (União Brasil- RJ), que pediu para se desfiliar do partido. A estatal é comandada por Marcelo Freixo (PT), aliado próximo de Lula.

No lugar da Embratur, Lula deu aval para negociar

outras estatais. No caso da Caixa, a própria presidente da instituição, Rita Serrano, tem sido alvo de críticas no governo e do próprio PT, e por isso aliados do mandatário avaliam que deve ser mais fácil ceder o comando do banco.

O nome mais citado para substituí-la é o de Gilberto Occhi (PP), que foi ministro das Cidades no governo Dilma Rousseff (PT) e ex-presidente da Caixa. O banco é o responsável por realizar os pagamentos das parcelas do Bolsa Família e também por liberar financiamentos para o Minha Casa, Minha Vida.

Embora citado por aliados, o governo ainda não procurou o ex-ministro para conversar.

No caso da Funasa, ainda há discussão sobre o que será feito do órgão, mas no Palácio do Planalto já é dado como certo que o comando dela será fruto de indicação política.

A fundação, que atua em obras de saneamento básico em cidades pequenas, historicamente serviu para acomodações políticas. O governo planejava extingui-la, mas o Congresso Nacional decidiu recriá-la durante votação da MP (medida provisória) que organizou a Esplanada dos Ministérios.

Com isso, o governo precisa regulamentá-la e planeja enxugar o espaço que antes tinha a estatal.

A Funasa teve orçamento de R\$ 3,4 bilhões em 2022, durante o governo Jair Bolsonaro (PL), com estruturas distribuídas pelas 27 unidades da Federação.

Parlamentares do centrão que estão familiarizados com as negociações admitem ser difícil conseguir o comando das três estatais, mas indicam que podem encontrar um meio-termo. A expectativa é que haja compensações. Por exemplo, a União Brasil almeja a Embratur, mas pode ficar com a Funasa no lugar, já que o governo não quer abrir mão de Freixo no órgão.

Segundo relatos, Lula espera gestos dos parlamentares para consolidar a articulação política. Por mais que o chefe do Executivo ceda os ministérios, nem PP, nem Republicanos entrarão oficialmente no governo. Ciro Nogueira já disse que não deixará de ser oposição.

O presidente do Republicanos, Marcos Pereira, também diz que não vai aderir à base e tem afirmado que, se Silvio Costa Filho se tomar ministro, será na cota pessoal de Lula. Ambos os partidos, porém, têm alas governistas e que têm dado votos ao governo em matérias importantes -por isso, Lula deu aval à entrada deles no governo.

## PETISTA CITA REPUBLICANOS EPP AO FALAR DE NEGOCIAÇÃO COM PARTIDOS

Em meio à articulação do governo para fortalecer sua base na Câmara dos Deputados, o presidente Lula (PT) afirmou nesta terça-feira (11) que não negocia com o "centrão", mas com partidos políticos. Ao mencionaras legendas com quem mantém diálogo, o mandatário não citou apenas as que já têm cargo no governo, mas também Republicanos e o PP. "A gente não negocia com centrão, o centrão não é um partido político. O centrão se junta em função de determinadas coisas, mas habitualmente negocia com partidos. E partido quem é? É PT, PSB, PDT, MDB, União, PSD, é o Republicanos, é o PP. Então, são comesses partidos que você negocia", disse Lula em live nesta terça.

### Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50335>

# Lula cobra redução da fila do INSS

**Victor Correia**

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva cobrou, ontem, a redução da fila do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) e anunciou que fará uma reunião para tratar do tema ainda nesta semana.

Para ele, "não há explicação" para os mais de 1,7 milhão de processos aguardando análise no órgão, e será preciso contratar novos servidores ou "trocar quem não tem competência".

A cobrança ocorre uma semana após a exoneração do ex-presidente do **INSS**, Glauco Wanburg, em meio a dificuldades para diminuir a fila e suspeitas de uso indevido de passagens e diárias.

"Tenho uma reunião nesta semana para discutir qual é o problema que está acontecendo, que as filas têm por volta de 1,9 milhão de pessoas. Não há nenhuma explicação, a não ser: "Ah!, não posso aposentar porque não tenho dinheiro para pagar"', disse, no podcast semanal *Conversa com o Presidente*. O encontro será com o ministros da Previdência, Carlos Lupi, e da Fazenda, Fernando Haddad.

Lula também não perdeu a oportunidade de alfinetar o presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto. "A **inflação** está caindo e logo, logo, vai começar a baixar a taxa de juros, porque o presidente do Banco Central é teimoso, é tihoso. Não tem mais explicação", cobrou.

O presidente também conversou, por telefone, com o primeiro- ministro da Noruega, Jonas Gahr Støre. Na chamada, ambos trataram do Fundo Amazônia, da COP30 - que será realizada no Brasil - e do combate à fome.

Lula também convidou o premiê a visitar o país.

Hoje, o presidente dará a medalha Ordem Nacional do Mérito Científico a cientistas que tiveram o prêmio retirado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro por trabalhos que desagradaram a gestão, envolvendo, inclusive, a ineficácia da cloroquina no combate à covid-19. Outros 21 pesquisadores que abriram mão da honraria, em protesto, também serão agraciados.

**Notícias Relacionadas:**

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE  
Lula cobra redução da fila do **INSS**; entenda por que

**Site:**

**<https://edicao.correiobrasiliense.com.br/correiobrasiliense/2023/07/12/all.pdf>**

# "Setor público pode ser emocionante para geração Z"

Berlim Por oferecerem carreiras mais flexíveis e autônomas, menos expostas a questões hierárquicas e com bons ambientes de trabalho, governos podem ser atrativos para o trabalho de jovens da geração Z (nascidos entre a segunda metade da década de 1990 e o início dos anos 2010), avalia o pesquisador e professor em gestão pública Gerhard Hammerschmid, 53.

Diretor do Centro de Governança Digital na Hertic School, de Berlim, na Alemanha, uma das mais conceituadas escolas de políticas públicas da Europa, o especialista austríaco puxa debates sobre inovação, qualidade e futuro no setor público em várias partes do mundo.

Hammerschmid discute a relação entre o tamanho dos Estados e os reflexos para a população, e diz que não é possível presumir que estruturas menores levaram a melhores resultados.

Segundo o professor, em governos locais da Europa há uma tendência de reverter a terceirização de setores do funcionalismo, após a constatação de que terceirizar nem sempre é o mais econômico. Além disso, afirma, é importante manter o conhecimento e a expertise dentro do setor público.

\*

O sr. afirma que países com alta qualidade de vida, como os escandinavos, também dispõem de grande estrutura de serviços públicos. A lógica não são Estados menores? A pergunta mais importante deveria ser o que o Estado pode contribuir, que tipo de serviços ele pode oferecer. Em segundo lugar, pensar quão grande o Estado precisa ser, em vez de, automaticamente, pensar que ele precisa ser pequeno. Essa é uma percepção muito, muito perigosa.

O serviço público ainda precisa de pessoas para funções como limpeza e conservação? A partir dos anos 1990, houve a ideia de terceirizar vários setores como uma nova forma moderna de gestão pública, mas estamos vivendo uma espécie de reversão dessa tendência. Nem sempre é automaticamente mais barato terceirizar, como se pensava. Sempre depende do tipo de serviço. Antes, a ordem era terceirizar tudo na área digital; agora, percebemos o quão importante é manter e ter esse conhecimento.

Governos locais aqui na Europa estão começando a reintegrar atividades como gestão de resíduos e infraestrutura de água. Os Estados não estão se tornando menores, mas sim mantendo o mesmo tamanho, senão crescendo ainda mais. O setor privado não é automaticamente a melhor solução, eles têm que provar isso com base no desempenho. Normalmente, querem obter lucro, mas o governo não precisa de lucro.

Berlim tinha um grande patrimônio imobiliário, muitos prédios e moradias. Venderam tudo, e, agora, percebemos que temos um mercado que está totalmente fora de controle. O governo está recomprando casas para oferecer moradias públicas a um preço justo e acessível novamente.

Países que têm mais propriedade governamental e uma participação maior do governo estão se saindo muito melhor do que os outros. Os países escandinavos são um exemplo maravilhoso. Eles têm a melhor qualidade de vida e satisfação mais alta de seus cidadãos. Eles estão economicamente bem e possuem setores governamentais muito grandes.

No Brasil, o serviço e os **servidores públicos** ainda são vistos com muita desconfiança. Como mudar isso? A percepção sobre os funcionários públicos, geralmente, não é a mais positiva, mas o que também é muito importante é ter mais evidências sobre isso. Muitas vezes existe um clichê. As pessoas que têm a avaliação mais negativa são aquelas que não conhecem diretamente o serviço público. As pessoas que têm contato direto, seja no hospital ou na administração, porque precisam de algo ou recebem algum tipo de suporte, costumam ter uma avaliação muito mais positiva.

Como o setor público vai conseguir atrair a geração Z, que tem outra forma de entender o trabalho, para os seus quadros? É um grande debate e também é um dos maiores desafios. Tivemos uma maneira específica de empregar que funcionou nos últimos 20,50,100 anos. As pessoas faziam um concurso, entravam muito jovens no serviço público e iam subindo de cargo. Mas as novas demandas da geração atual são muito diferentes. Eles esperam mais flexibilidade e autonomia. Eles não gostam de hierarquias. Eles querem ter a liberdade de

experimentar coisas novas. Eles não valorizam tanto o emprego vitalício. Para eles, é mais importante ter impacto, fazer algo significativo. É isso que precisamos oferecer, formatos de trabalho não hierárquicos e flexíveis, onde as pessoas possam ter impacto e realizar um trabalho significativo.

Mas já há algo concreto sendo feito? Muitos governos têm tido iniciativas para se posicionar melhor em relação aos jovens e para conscientizar o público de que são empregadores interessantes e atrativos. O argumento clássico é o equilíbrio entre trabalho e vida pessoal, a segurança do emprego, um bom ambiente de trabalho, que são coisas que a geração atual, conforme apontam as pesquisas, valoriza mais que as anteriores.

Muitas coisas ainda precisam mudar, como haver menor pressão hierárquica, espaços de debate e de experimentação, flexibilidade para poder experimentar coisas em diferentes áreas. O trabalho precisa ser emocionante e isso pode acontecer dentro do setor público.

Que critérios são importantes para medir a eficiência de um servidor público? A inter-relação entre supervisor e funcionário é muito importante para ter uma compreensão compartilhada do que é um bom trabalho, um bom desempenho. É necessário ver os supervisores como treinadores, ajudando a realizar um bom trabalho, auxiliando no desenvolvimento de competências e oferecendo treinamento.

As pessoas podem precisar de apoio em algum momento, talvez uma tarefa não seja adequada para determinado funcionário e se deve encontrar algo diferente para ele desenvolver. É muito complexo e difícil avaliar o desempenho individual em um ambiente governamental. É claro que se estivermos lidando com uma tarefa orientada para resultados, é possível ter parâmetros para medir o sucesso e avaliar melhor o desempenho. Mas, se pensarmos em uma função governamental central de assessoria política, como avaliar se foi boa ou ruim?

Pontualidade e assiduidade são indicadores de eficiência? A taxa de absenteísmo, geralmente, é um indicador de satisfação. Se não há absenteísmo, as pessoas, geralmente, trabalham melhor. Elas estão mais engajadas, mais comprometidas. Se a taxa de absenteísmo for muito alta, isso seria um indicador de alerta, mas precisamos de mais evidências para medir isso.

Já vi ministérios e unidades em organizações onde a liderança era muito boa e a taxa de absenteísmo diminuía significativamente. Em outras, onde a liderança era ruim, o absenteísmo era muito mais alto.

É algo que pode ser moldado e a liderança pode influenciar.

Mas também gostaria muito de ter mais pesquisas de satisfação dos funcionários ou pesquisas de engajamento, como são feitas nos Estados Unidos e no Reino Unido, regularmente, para entender como estamos tratando o serviço e o servidor público.

O jornalista viajou a Berlim a convite da República.org e do Fonacate (Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas do Estado)

Gerhard Hammerschmid, 53

É professor de gestão pública e financeira e diretor do Centro de Governança Digital na Hertie School, em Berlim. Pesquisa reforma da gestão pública, gestão de desempenho do setor público e digitalização em governos. Coordenou reestruturação e reforma administrativa no governo federal da Áustria.

Muitos governos têm tido iniciativas para se posicionar melhor em relação aos jovens e para conscientizar o público de que são empregadores interessantes e atrativos

**Site:**

**<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50335&maxTouch=0&anchor=6480072&pd=1eacdbc3f89847f29e2c8892bc2c6eae>**

# Senado rejeita fatiar a reforma tributária

*Henrique Lessa Raphael Felice*

Em busca de uma aprovação rápida da **reforma tributária** no Senado Federal, o governo Lula começou um movimento para aprovar rapidamente os pontos consensuais, e deixar os aspectos polêmicos para serem discutidos em um segundo momento. Essa possibilidade, no entanto, já foi descartada pelo Legislativo. O presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD -MG), e o relator da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da **reforma tributária**, Eduardo Braga (MDB-AM), deixaram claro que o Senado não fatiará a proposta para facilitar a aprovação.

Pacheco recebeu ontem, na Residência Oficial da Presidência do Senado, três ministros do governo Lula - Fernando Haddad (Fazenda), Simone Tebet (Planejamento) e Alexandre Padilha (Relações Institucionais) -, além do colega Randolfe Rodrigues (AP). Ao final do encontro, ele explicou a expectativa dos trabalhos na Casa legislativa. E descartou qualquer possibilidade de fatiamento.

"Nós não temos nenhuma intenção de fatiar a reforma. É importante que haja uma inteireza, considerando o sistema tributário; é muito importante que haja uma inteireza de raciocínio, de institutos que se complementam.

É uma lógica única, é muito importante que seja entregue a reforma, e prolongada toda **reforma tributária** no país", adiantou Pacheco.

Braga negou a aprovação em partes, mas garantiu que toda a reforma vai à votação no Plenário do Senado até meados de outubro, o que daria prazo para a Câmara avaliar as mudanças realizadas pelos senadores antes do final do ano.

"O mais provável é que nós tenhamos uma votação no mês de outubro. O presidente Rodrigo Pacheco determinou que a votação será na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) e em plenário", disse Braga, anunciado ontem como relator da **reforma tributária**. Segundo ele, a expectativa é devolver o texto para a Câmara, de modo que "até o final do ano o Brasil possa conhecer a nova **reforma tributária**, já deliberada pelas duas casas e promulgada pelo Congresso Nacional".

A estratégia do governo era dar agilidade na aprovação de um esqueleto básico da reforma, garantindo a aprovação de tudo aquilo que fosse

consenso em relação ao texto já aprovado na Câmara, o que evitaria arrastar as negociações para todos os pontos com divergência no Senado.

As mudanças no Senado, onde os governadores têm mais articulação, são dadas como certas pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

"Eu entendo que o Senado tem um papel de dar uma limada no texto, justamente deixá-lo mais redondo, mais leve, com menos exceções, porque aí fica um texto limpo, um texto cristalino, que não dá problema de judicialização no futuro. Eu entendo que é uma oportunidade do Senado de deixar uma marca", apontou Haddad.

Para ele, o que preocupa são as modificações realizadas de última hora na Câmara, "porque elas foram pouco debatidas".

Questionado sobre o artigo que abriu a possibilidade aos estados de criarem um imposto sobre a exploração mineral, Haddad apenas defendeu a aprovação fatiada.

"A **reforma tributária** é importante demais para evitar que a gente avance no que é consenso.

A PEC pode ser promulgada completa, com tudo que é fundamental, e uma coisa ou outra não precisam necessariamente ser decidida agora, por questões muito particulares, mas não deveriam impedir o principal consenso", disse o ministro.

As respostas de Pacheco e de Braga vieram logo depois das declarações do ministro. Ambos garantiram a agilidade na apreciação do tema no Senado e descartaram qualquer tipo de fatiamento no texto.

"Temos muitas expectativas, concordamos com o mérito dela.

Obviamente que ajustes podem ser feitos dentro do diálogo democrático no Senado, mas temos senso de urgência e importância dessa reforma", disse Pacheco.

E completou: "O Senado certamente cuidará de aprová-la nos próximos meses na CCJ e no plenário".

Braga argumentou que "fatiar uma PEC é comum para uma matéria que não é sistêmica. Não é o caso da **reforma tributária**.

A tributária tem que ser tratada como um todo para não ficar capenga", disse o relator.

Além de analisar a **reforma tributária** em um texto único, Eduardo Braga anunciou uma atenção especial para as reivindicações dos estados. "O Senado é a Casa da Federação e todos os pontos serão debatidos pela relatoria e pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). Vamos ouvir diversas instâncias federativas.

Vamos ouvir os estados, os grandes e os pequenos municípios. [...] O Senado representa a Federação e mesmo que seja formada por políticos majoritários, é uma casa de diálogo e compreensão política", ponderou o parlamentar.

Por sua vez, Pacheco lembrou que, como se trata de uma PEC, o texto precisa passar pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), mas não passará por outras comissões, garantiu o senador.

#### Zona Franca

Entre os pontos polêmicos da proposta que devem alimentar o debate no Senado, estão a manutenção de subsídios fiscais para as regiões Norte e Nordeste na implantação de plantas de montadoras, além de regimes especiais como a Zona Franca de Manaus.

Eduardo Braga, que é exgovernador do Amazonas, defendeu fortemente a manutenção do subsídio da região.

"Nós vamos tratar aqui no Senado com muita responsabilidade, com muito bom senso. Só que existem questões que são constitucionais, como o caso da Zona Franca de Manaus - e a alternativa que existe no Amazonas, na Zona Franca, lamentavelmente, é o crime organizado", afirmou Braga. "Então eu acho que o país que tem um compromisso com a Amazônia não pode deixar de ter um projeto para Amazonas. Isso será ainda discutido no Congresso Nacional", disse o senador amazonense.

"Nós não temos nenhuma intenção de fatiar a reforma.

É importante que haja uma inteireza, considerando o sistema tributário; é muito importante que haja uma inteireza de raciocínio" Rodrigo Pacheco (PSD-MG), presidente do Senado

#### Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/07/12/all.pdf>

# Brecha para estados vai contra princípio reformista

**Rafaela Gonçalves**

Um trecho acrescentado de última hora no texto da **reforma tributária**, aprovado na Câmara dos Deputados na última semana, abriu brecha para a criação de um novo tributo estadual que pode incidir sobre produtos primários e semielaborados.

O dispositivo, previsto no artigo 20 da Proposta de Emenda à Constituição (PEC), preocupa setores como o agronegócio, a mineração e a indústria petrolífera.

Segundo a Confederação Nacional da Indústria (CNI), o novo tributo poderia ser adotado em, pelo menos, 17 estados. A contribuição substituiria o fim de fundos estaduais. Segundo o texto, os estados terão até 31 de dezembro de 2043 para contar com essa contribuição adicional sobre os setores. A contribuição seria usada especificamente para financiar obras de infraestrutura e habitação.

As contribuições poderiam ser adotadas nos estados que tinham determinados fundos em abril de 2023. São eles: Acre; Alagoas; Bahia; Ceará; Espírito Santo; Goiás; Maranhão; Mato Grosso; Mato Grosso do Sul; Paraíba; Paraná; Pernambuco; Piauí; Rio de Janeiro; Rio Grande do Norte; Sergipe; e Tocantins.

Tributaristas criticam a medida.

Segundo eles, ela vai contra o princípio da reforma, que é simplificar o sistema tributário.

"A intenção primária da **reforma tributária** sempre foi simplificar o sistema tributário.

Essa emenda nada mais é do que um novo tributo e tem por fim onerar a carga exigida, que vai na contramão do intento reformador", afirma Rogério Martins, advogado tributarista do escritório Silva Gonzaga Leite.

Os fundos estaduais, que devem ser substituídos por esse novo tributo, já chegaram a ter a constitucionalidade questionada no Supremo Tribunal Federal (STF), por causa da incidência sobre exportações, o que tornou o produto nacional menos competitivo.

Martins considera que o novo tributo pode gerar ainda

insegurança jurídica para os exportadores e também os importadores dos produtos nacionais.

"A instituição de um novo tributo, no caso contribuição para financiar a investimento em obras de infraestrutura e habitação, pode apresentar uma oneração na cadeia tributária e, por consequência, aumentar o valor do produto e diminuir, por consequência lógica, sua concorrência no mercado internacional", avalia.

Para o advogado tributarista Fabio Monteiro Lima, as críticas à emenda são parcialmente pertinentes. "Não se trata de uma brecha geral para criação de novo imposto. Apenas os quatro estados que já têm uma contribuição nos parâmetros definidos no art. 20 da PEC poderão instituir esta nova contribuição.

O que ocorre é que alguns estados, como Paraná e Goiás, têm incentivos fiscais de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, tributo estadual), estabelecendo como contrapartida uma contribuição a um fundo de investimento em infraestrutura", ressalta.

De acordo com Lima, no caso dessas unidades da Federação, com a extinção do ICMS, essa contribuição também deixaria de existir paralelamente. Mas o texto ainda precisa ser aperfeiçoado.

"A intenção, informada pelo relator na votação, era a preservação desses fundos, por isso o limite a casos já previstos até 30/04/2023. Porém, me parece que o texto poderia ser aperfeiçoado para travar o crescimento dessa contribuição a ser instituída em substituição, limitando-a todo o regime da contribuição atual", acredita o especialista.

Senadores já sinalizaram que não simpatizam com a ideia.

O artigo já aparece na lista de possíveis supressões do texto que devem ser feitas pelos parlamentares.

Segundo tributaristas, um dos impactos mais severos do dispositivo, caso seja aprovado, é sua aplicação no texto constitucional. Nessa hipótese, só poderá ser modificado novamente por meio de outra PEC, não podendo ser retirado ou suprimido por uma lei infraconstitucional.

"Fatiar uma PEC é comum para uma matéria que não é sistêmica. Não é o caso da **reforma tributária**. A tributária tem que ser tratada como um todo para não ficar capenga" Eduardo Braga (MDB-AM), relator da **reforma tributária** no Senado

**Site:**

**<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/07/12/all.pdf>**

# "A gente não negocia com o Centrão", afirma Lula

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) criticou ontem a forma como as negociações são vistas no Brasil, ao comentara aprovação da **reforma tributária** na Câmara dos Deputados e que será avaliada no Senado. "Aqui no Brasil a negociação é tratada de forma pejorativa" disse ele durante o seu programa semanal "Conversa com o presidente". considerando que é um processo natural da política. Ele também afirmou que é equivocada a ideia de que o governo negocia com o Centrão: "A gente não negocia com o Centrão, o Centrão não é um partido. Nós negociamos com partidos". Além disso, segundo o presidente, quando o governo manda um projeto para o Congresso Nacional não necessariamente será aprovado tal como o o Executivo pretende.

"Nós temos 513 deputados, mulheres e homens, que pensam diferentemente, e é normal que você negocie. O cara não quer 80% [do projeto], quer 75%, e aí começa a negociação. Não é a política do dando que se recebe que todo mundo fala", disse também o petista. Ele ressaltou também estar feliz com a aprovação da **reforma tributária** e espera que também seja aprovada pelo Senado. "Espero que o Senado repita a votação da Câmara e espero chegar no fim do ano com a política tributária nova para a gente nunca mais ficar falando de política tributária neste país", afirmou o presidente.

Sobre a facilidade e rapidez da aprovação da **reforma tributária**, o presidente declarou que grande parte das propostas enviadas ao Congresso Nacional pode ser facilitada ou não de acordo com o relator responsável. "O relator é 50%do sucesso da aprovação de uma lei qualquer que você manda j ara o congresso nacional. Aguinaldo [Aguinaldo Ribeiro (PP-PB)], que é um deputado do PP e foi ministro da cidade da Dilma Rousseff ele teve um comportamento exemplar, não brincou com a **Reforma Tributária**, ele levou a sério", declarou o presidente Lula disse ainda que o Brasil teve uma semana vitoriosa após a aprovação de matérias importantes na Câmara, como a **reforma tributária** e o texto-base do projeto de lei que restaura o voto de desempate no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais** (Cart). Lembrou que o PT e a esquerda têm pouco mais de uma centena de deputados na Câmara e que, para obter maioria simples na Casa, precisa de pelo menos 257 votos. "Isso mostra o quanto precisamos negociar para construirmos a governabilidade", disse Lula.

Ele destacou que essa governabilidade "foi construída para votar a política tributária, mas não por ser do interesse do [Fernando] Haddad ou do Lula, e sim por ser uma coisa de interesse do país", que precisa de tranquilidade e paz para criar condições de fazer com que a economia cresça e. acima de tudo. para que esse crescimento seja repartido entre todos os brasileiros.

**Site:**

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/12/07/2023/p1>

# Pacheco nega fatiamento da proposta da reforma

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45, que trata da **reforma tributária**, será relatada pelo senador Eduardo Braga (MDB-AM) na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). A informação foi confirmada pelo presidente do Senado. Rodrigo Pacheco, após reunião, ontem, com os ministros da Fazenda, Fernando Haddad; do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet; e das Relações Institucionais, Alexandre Padilha. O parlamentar disse que o Senado disporá do tempo necessário para analisar a proposta, mas espera que o texto seja promulgado ainda este ano. O senador negou a possibilidade de a PEC ser fatiada para ter parte do texto aprovada com mais rapidez.

"Assim que chegarem os autógrafos da Câmara dos Deputados, vamos dar encaminhamento. Tratando de PEC, o regimento [interno do Senado] impõe parecer da CCJ. Na sequência, será apreciada no plenário, obviamente com contribuição de todas as comissões, mas não como instância de deliberação. Não temos nenhuma intenção de fatiar a reforma, é importante que haja inteireza. Falei com o senador Eduardo Braga, com o presidente da CCJ, o senador Davi Alcolumbre, haverá o tempo necessário do entendimento de todos os pontos da reforma", disse Pacheco.

"O que eu estimo é que possamos exauri-lo ao longo de dois meses. Estou com o intuito muito forte de que a gente possa promulgá-la ainda neste ano", completou Pacheco, ao destacar a harmonia entre os Poderes Legislativo e Executivo.

Pelas redes sociais, Eduardo Braga afirmou que fará seu relatório buscando o consenso e visando ao desenvolvimento do país. "Todos os debates e encaminhamentos prezarão pelo equilíbrio e bom senso, sem nunca esquecer aqueles que estão na ponta, os mais pobres e vulneráveis, e a urgência de reduzir as desigualdades regionais. A reforma é extremamente importante para o país, que começa a retomar o caminho do desenvolvimento, da geração de emprego e renda e do reconhecimento internacional", disse o senador.

Já o ministro Fernando Haddad disse esperar que o Senado vote o texto da **reforma tributária**, já aprovado pela Câmara dos Deputados, com menos exceções. "O Senado tem o papel de dar uma limada

no texto, o que significa deixá-lo mais redondo, mais leve, com menos exceções, Porque fica um texto limpo, cristalino, que não dará problema de judicialização no futuro", comentou o ministro. Para ele, os senadores não precisam se preocupar em deixar uma marca da Casa na reforma porque "a Câmara dos Deputados incorporou 60% da PEC 110, do Senado. A marca já está dada. A PEC foi incorporada pelo relator", disse. Haddad disse não acreditar em fatiamento da PEC da **reforma tributária**. "A PEC pode ser promulgada completa, com tudo aquilo que é fundamental" afirmou o ministro também.

**Site:**

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/12/07/2023/p1>

# Reforma pode ganhar no Senado trava para alíquota de novo imposto

*Idiana Tomazelli e João Gabriel*

Brasília O relator da **Reforma Tributária** no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM), avalia definir uma trava para a alíquota dos novos **tributos** criados pela PEC (proposta de emenda à Constituição). Dessa forma, a cobrança sobre o consumo de bens e serviços precisaria respeitar limites mínimos e máximos estabelecidos no texto.

A iniciativa ainda será discutida com os demais senadores, mas é concebida como uma tentativa de reduzir uma das principais incertezas que rondam o texto aprovado pela Câmara: qual será a alíquota final incidente sobre cada atividade.

"Acho talvez prudente que se tenha um comando constitucional de mínimos e máximos no IBS [Imposto sobre Bens e Serviços] e para a CBS [Contribuição sobre Bens e Serviços]. Se não, vai deixar para uma lei complementar, que é uma matéria infraconstitucional, com quórum mais baixo", afirmou a Folha, ressaltando que ainda se trata de uma ideia e que pretende ouvir os parlamentares sobre o tema.

Braga argumenta que o ICMS (imposto estadual que será extinto pela reforma) já tem seus parâmetros definidos na Constituição. Para ele, deixar o tema para regulamentação posterior em lei complementar, como previsto no texto aprovado na Câmara, pode fazer com que os novos critérios de cobrança fiquem à mercê de surpresas políticas.

Durante a tramitação na Câmara, o Ministério da Fazenda evitou apresentar estimativas sobre a alíquota sob a justificativa de que o cálculo depende de diferentes variáveis -incluindo a quantidade de bens e serviços contemplados por tratamentos favorecidos ou cobranças reduzidas.

Como a intenção é manter o patamar atual de arrecadação, quanto mais exceções, maior a alíquota. Estimativas anteriores apontavam um patamar próximo a 25%, já somadas as cobranças da CBS federal e o IBS de estados e municípios, mas alguns especialistas temem que o percentual fique mais alto diante das concessões feitas a setores na reta final da votação pelos deputados.

"A Câmara fez um truque, e o Bernard Appy

[secretário extraordinário de **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda] também fez um truque. Discutiram muito a reforma, mas a alíquota ninguém discutiu", afirmou o relator no Senado.

Braga disse querer agora adotar total transparência nos debates, o que inclui expor as alíquotas e o efeito sobre elas de cada mudança. Na prática, o senador quer mostrar, com números, o quanto a carga tributária dos demais setores pode subir com a concessão de benesses a determinado bem ou serviço, ou o tamanho do alívio geral se a opção for restringir a lista de contemplados por tratamento favorecido.

Na avaliação do parlamentar, que é líder do MDB na Casa e um dos senadores mais influentes, isso pode ajudar na discussão das exceções.

"Você vai analisar o custo--benefício, quanto custa dar exceção para determinada atividade. Acho que isso é fundamental para agente poder perguntar ao povo brasileiro: "Nós estamos a fim de fazer isso? Vai custar tanto disse Braga.

"Questionam muito os benefícios fiscais, porque eles impactam a economia. Aí fazemos as exceções fiscais, que é uma forma de benefício fiscal, e nós temos que quantificar isso. Perguntar se isso está de acordo com o que a população quer", afirmou.

Embora demonstre disposição em discutir a lista de exceções, outro ponto sensível da proposta, Braga evita dar pistas de quais considera problemáticas. Na reta final, o relator da Câmara flexibilizou o regime para segmentos que vão de clubes de futebol a igrejas.

"Há exceções que eu posso dizer que acho estranho. Mas não tenho opinião ainda formada", afirmou. "Faz sentido a exceção para bares? Não sei. Olhando assim, a princípio, é estranho", acrescentou, no único exemplo específico citado durante a entrevista.

"Poderia citar vários [pontos], mas prefiro ficar só nos bares, para dizer que é no mínimo estranho você ter uma exceção tributária para bares.

Não consigo entender a lógica, mas respeito e queremos avaliar o custo-benefício e a lógica dessa

exceção", afirmou.

O relator também indica que fará mudanças no Conselho Federativo -órgão responsável pela gestão e arrecadação do IBS, bem como pelo repasse dos recursos que cabem a cada ente da federação. O formato do colegiado foi um dos principais alvos de resistência entre parte dos governadores, que viam perda de autonomia.

A principal voz contrária nesse quesito era do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos). Para atrair seu apoio, Ribeiro mudou o sistema de votação no conselho para dar mais peso a estados populosos, o que beneficia Sul e Sudeste - incluindo São Paulo. A mudança, porém, desagradou a governadores do Norte e Nordeste, para quem o Brasil é uma federação e não há razão para dar mais peso de voto a um ou outro estado.

"Só que aqui [no Senado] são todos iguais. O peso relativo aqui é todo igual", disse.

"São Paulo tem três senadores, a Bahia tem três senadores, Pernambuco tem três senadores [...]. Aqui é a casa da Federação", afirmou.

"É claro que o apoio do Tarcísio é sempre importante, o apoio de todos os governadores é importante, o apoio dos prefeitos é importante. Mas, no final do dia, o que vai valer é a opinião do senador", disse.

Braga indicou também que deve retomar o dispositivo que assegura incentivos fiscais às montadoras. Na Câmara, Ribeiro incluiu de última hora um dispositivo à montadora chinesa BYD (Beyond Your Dreams), que vai se instalar em Camaçari, na Bahia. A Stellantis, que tem uma fábrica em Goiana (PE), também seria contemplada.

Aliados do governo afirmam que foi um pedido do próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Em uma derrota para o Executivo, porém, o artigo foi derrubado por uma diferença de apenas um voto.

O relator no Senado atribuiu o resultado a uma "falha de comunicação" do governo, que não conseguiu colocar os 308 votos necessários para manter o texto e prescindiu do apoio de figuras importantes, como o líder do PT na Câmara, Zeca Dirceu (PR).

Braga também indicou que pretende manter a isenção total do IBS e da CBS para produtos da cesta básica, apesar de economistas criticarem a falta de foco dessa política, que contempla todos os consumidores desses artigos, sejam eles de baixa renda, sejam de alta renda.

"Você vai diferenciar quem compra arroz ou quem compra feijão?" disse o senador. Para ele, os problemas existentes hoje na política de desoneração da cesta podem ser corrigidos com maior rigor na definição da lista de produtos contemplados. No formato atual, as proteínas nobres como salmão acabam sendo desoneradas porque fazem parte do grupo de peixes.

Braga ainda elogiou o tratamento dado na reforma à Zona Franca de Manaus, que fica em seu estado, o Amazonas. Na Câmara, os deputados aprovaram a criação do chamado Fundo de Sustentabilidade e Diversificação Econômica, para ajudar a região na transição para um novo modelo econômico.

Hoje, a região tem vantagens competitivas porque os bens produzidos na Zona Franca são isentos de **tributos** como IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) ou contam com créditos presumidos de ICMS (usados para reduzir o valor recolhido aos cofres estaduais). Como esses **tributos** serão extintos pela reforma, havia grande temor em relação ao futuro da região.

Segundo Braga, sem um tratamento especial para a Zona Franca, a reforma poderia acabar com 15% a 25% da atividade econômica do Amazonas em duas décadas.

O senador ressaltou que a solução foi construída junto com o ministro Fernando Haddad. "A Câmara fez 95% do serviço, porque senão eu seria aqui um grande problema para a reforma. E [agora] eu deixei de ser um problema para a reforma. Eu sou um facilitador", disse.

A Câmara fez um truque, e o Bernard Appy [secretário extraordinário] também fez um truque. Discutiram muito a reforma, mas a alíquota ninguém discutiu

Eduardo Braga (MDB-AM), relator do Senado da **Reforma Tributária**

**Site:**

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50335&maxTouch=0&anchor=6480072&pd=1eacdbc3f89847f29e2c8892bc2c6eae>

# Emenda parlamentar é do jogo democrático. (Editorial)

É do jogo democrático a distribuição de emendas parlamentares por parte de um governo para a formação de sua base no Congresso, como se viu antes da votação da **reforma tributária**, semana passada, na Câmara. Esse mecanismo de recompensa não tem rigorosamente nada de antirrepublicano, até porque os recursos das emendas não vão para o bolso dos parlamentares. Eles são destinados às finalidades indicadas pelo parlamentar, que responderá politicamente por isso.

Emenda parlamentar não é pagamento de propina. É dinheiro público destinado a finalidades públicas. A diferença da emenda parlamentar consiste apenas no fato de que, em vez de ser o Executivo a indicar sua destinação concreta, é o parlamentar quem o faz. É equivocado, portanto, tratar a priori a distribuição de emendas como um modo sujo de fazer política. Mais do que ingenuidade, essa visão denotaria desconhecimento sobre a própria política, que não se resume à discussão de ideias e propostas, mas envolve decisões sobre onde e como gastar o dinheiro público. Partilhar o poder é também dividir essas decisões.

Não há rigorosamente nenhum problema em que parte dos recursos públicos tenha sua destinação definida por parlamentares, e não pelo Executivo.

Trata-se de configuração institucional própria dos regimes democráticos, nos quais não existe Poder absoluto.

O Legislativo não apenas aprova a lei orçamentária, autorizando os gastos, como define a destinação concreta de parte dos recursos. Entre outros benefícios, essa sistemática permite a descentralização decisória e a proximidade com as necessidades e interesses da população. Por exemplo, muitas emendas parlamentares são dedicadas às Santas Casas de Misericórdia, à construção e reforma de escolas ou à iluminação e pavimentação pública.

O problema das emendas parlamentares está em sua perversão, como ocorre com o chamado orçamento secreto, criado no governo Bolsonaro.

Não há transparência no procedimento relativo às emendas de relator (RP- 9), no qual não se sabe qual

parlamentar indicou o destino da verba. Assim, o eleitor fica impedido de fazer a indispensável responsabilização política de seus representantes no Congresso.

A população tem o direito de saber sobre a atuação concreta de cada parlamentar, para premiá-lo ou para punilo nas urnas das eleições seguintes. Ao mesmo tempo, essa opacidade estimula o mau uso dos recursos, por ineficiência, atendimento de interesses escusos ou mesmo desvio de verbas.

A falta de transparência no uso de recursos públicos é causa de muitos problemas. Precisamente por isso, ela é incompatível com o Estado Democrático de Direito. No fim do ano passado, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a inconstitucionalidade do orçamento secreto. A Corte não declarou que as emendas parlamentares são inconstitucionais. E sim que as emendas RP-9, em razão da ausência de identificação do proponente e da opacidade sobre seu destinatário, violam os princípios constitucionais da transparência, da impessoalidade, da moralidade e da publicidade.

Infelizmente, apesar da orientação do STF, continua não havendo plena transparência na distribuição de várias emendas, o que merece a mais firme reprovação. Cumprimento de decisão judicial não é algo optativo, mas um dever.

Outro ponto que merece atenção diz respeito ao valor das emendas parlamentares.

Não faria sentido, por exemplo, que boa parte dos recursos públicos tivesse sua destinação definida pelos deputados e senadores, e não pelo governo. O Executivo é o gestor, por excelência, do orçamento público. No entanto, nos últimos anos, em razão de vários fatores - entre eles, a falta de disposição do presidente Jair Bolsonaro em governar -, o Congresso ampliou consideravelmente os valores destinados às várias emendas parlamentares. Isso é um problema sério.

Há muitas correções a serem feitas nas emendas parlamentares. Mas, para tanto, o primeiro passo é compreender seu funcionamento e seus objetivos, sem criminalizá-las.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Reforma tributária: é preciso continuar a luta (Artigo)

**Maílson da Nóbrega**

Maílson da Nóbrega

SÓCIO DA TENDÊNCIAS CONSULTORIA, FOI  
MINISTRO DA FAZENDA

A **reforma tributária** aprovada pela Câmara é a mudança estrutural mais relevante desde a restauração da democracia.

Livrará o País do manicômio da tributação do consumo, causa maior da desindustrialização precoce e da armadilha de baixo crescimento de que padecemos. Acarretará ganhos de produtividade que restaurarão a competitividade dos produtos e serviços, elevando o potencial de crescimento da economia e da geração de emprego e renda. É um grande momento para o Brasil.

Poderia ter sido melhor. A força de grupos de interesse diminuiu sua qualidade. Em vez da adoção da alíquota única prevista no texto original da PEC 45, que prevalece nas versões mais eficientes do Imposto sobre o Valor Agregado (IVA), as reduções da alíquota básica beneficiarão essencialmente as classes mais abastadas. Não há razão econômica ou social para justificar as exceções. Esse foi o preço a pagar, reconhecimento, para aprovar a reforma. Mesmo assim, há motivos de sobra para festejar sua aprovação.

Ocorre que a epopeia ainda não terminou. Precisamos ficar atentos à sua tramitação no Senado. Novas exceções estão à espreita. A pior seria a submissão aos apelos de governadores e prefeitos - apoiados por tributaristas - em prol da autonomia para estabelecer as regras do imposto em cada Estado ou município.

Isso restabeleceria o caos que hoje impera, especialmente no ICMS. O IVA precisa ser uniforme em todo o território nacional. É assim que funciona na grande maioria dos 174 países onde vigora o modelo, incluindo todas as nações ricas que o adotam.

Países federados que implementaram o IVA enfrentaram o dilema entre manter a autonomia das esferas de governo ou renunciar a ela em benefício da prosperidade, levando em conta seu efeito na expansão da atividade econômica e da riqueza do país. A Alemanha, uma das federações mais fortes do

mundo, escolheu a prosperidade. Seus Estados não gozam de autonomia para dispor sobre regras tributárias.

Afinal, a função básica do Estado moderno e da democracia é propiciar as condições para o crescimento sustentado da renda per capita e do bem-estar da sociedade.

Alguns tributaristas continuam a defender a autonomia dos Estados e municípios.

Afirmam que a reforma destruiria o pacto federativo.

Não percebem que esses entes terão autonomia para fixar a alíquota do imposto em seus territórios. Há quem sustente que a República de Weimar enfraqueceu a autonomia dos Estados alemães, o que teria contribuído para a ascensão do nazismo e de Hitler.

Trata-se de uma interpretação que não se compadece com a história do respectivo período.

Na verdade, Hitler surgiu basicamente das reparações de guerra que o Tratado de Versalhes (1919) impôs à Alemanha, derrotada no conflito mundial de 1914-1918. A impossibilidade de cumprir tais obrigações e a intransigência de alguns dos vencedores em rever a punição, afora a devastação da guerra, desaguou na hiperinflação dos anos 1920.

A humilhação imposta pelo tratado, a indignação e o empobrecimento do país contribuíram para a vitória do Partido Nazista nas eleições de 1933, o que levou à designação de Hitler para o cargo de chanceler (chefe do governo).

A reforma seria, na opinião de alguns, um projeto de poder de Lula com o propósito de subjugar Estados e municípios à vontade do governo e, assim, aumentar a carga tributária.

Nessa mesma linha, a reforma teria sido formulada para que a União se apropriasse da arrecadação proveniente da crescente participação dos serviços na economia brasileira, compensando a redução correspondente da indústria, fonte maior das receitas federais.

O ex-presidente Jair Bolsonaro buscou mobilizar seu partido, o PL, no sentido de votar contra o texto. "Sou contra a **reforma tributária** do PT", disse. Perdeu.

Pela primeira vez, uma profunda mudança tributária não nasceu de iniciativa do Poder Executivo. A PEC 45 decorreu de trabalhos do Centro de Cidadania Fiscal (CCiF), uma organização privada sem fins lucrativos. O texto foi elaborado por um grupo abnegado de especialistas, incluindo a participação de dezenas de tributaristas, acadêmicos e auditores fiscais das três esferas de governo que ajudaram a construir a proposta. O projeto foi assumido pelo deputado Baleia Rossi (MDB-SP) em 2019, quando o presidente da República era Jair Bolsonaro. Ocorreram, então, as primeiras negociações em torno da PEC 45. Não dá para acreditar que o CCiF e o deputado tiveram a premonição de que Lula se elegeria em 2022. Por que teriam conspirado contra os interesses dos Estados, dos municípios e da sociedade?

O Senado é, ao mesmo tempo, a casa dos Estados e o revisor das decisões da Câmara dos Deputados. Por isso, não se pode eximir de descartar argumentos insustentáveis contra a reforma. Espera-se que aprove o projeto, aperfeiçoando-o no que for necessário.

Não pode privar o Brasil do que deve ser um passo gigantesco destinado a assegurar um futuro melhor para nossos filhos e netos.

\*

O Senado é a casa dos Estados e o revisor das decisões da Câmara.

Por isso, não se pode eximir de descartar argumentos insustentáveis contra a reforma

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# União Brasil quer mais ministérios, mas falta de consenso impede acordo

**GIORDANNA NEVES SOFIA AGUIAR IANDER  
PORCELLA**

A nomeação do deputado Celso Sabino (PA) para o Ministério do Turismo ainda nem foi oficializada, mas o União Brasil quer mais. O partido, que faz parte da base aliada ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva no Congresso, pleiteia a presidência dos Correios e da Embratur, agência governamental ligada ao Turismo, e hoje sob o comando de Marcelo Freixo (PT). A briga interna entre três lideranças da agremiação, no entanto, atrapalha as negociações com o governo e atrasa o acordo.

O conflito é entre o presidente do União Brasil, Luciano Bivar, o líder do partido na Câmara, Elmar Nascimento (BA), e o senador Davi Alcolumbre (AP). Atualmente, o partido tem como representantes na Esplanada dos Ministérios o titular das Comunicações, Juscelino Filho, e o do Desenvolvimento Regional, Waldez Góes. Góes é do Amapá, mesmo Estado de Alcolumbre, e foi indicado por ele. Parte do partido o vê como uma espécie de "cota pessoal" do senador, dado que Góes tem uma militância histórica no PDT. Além desses, o partido tinha Daniela Carneiro no Turismo.

Ela, entretanto, migrou para o Republicanos, o que fez o partido pedir o cargo de volta.

De acordo com fontes do Palácio do Planalto, o União Brasil sinalizou na semana passada a Lula o interesse na Embratur e nos Correios - o Turismo já é dado como certo. A Embratur seria um complemento, para que o partido tivesse controle sobre toda a área.

## TEMPO.

Segundo relatos, o chefe do Executivo teria pedido o tempo do recesso parlamentar para concretizar as negociações, mas a falta de consenso tem dificultado o avanço do diálogo. Um interlocutor do governo relatou ao Estadão/ Broadcast a dificuldade de se chegar a um consenso com "três nomes envolvidos".

Lula quer se reunir com Bivar, Elmar, Sabino e Alcolumbre para aparar as arestas em torno das negociações. Na sexta-feira passada, Bivar se encontrou com o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, para tratar da indicação ao

Turismo. Inicialmente, também estariam Elmar e Alcolumbre, mas eles desistiram de participar por causa da discordância com o presidente do partido.

## IRRITAÇÃO.

Na semana passada, às vésperas da votação da Proposta de Emenda à Constituição da **reforma tributária**, Elmar se irritou com o movimento de deputados da bancada para adiar a apreciação da proposta. Ele creditou a iniciativa a Bivar e a Sabino, que estariam insatisfeitos com a demora do governo em trocar o comando da pasta do Turismo.

O movimento de Bivar e Sabino, de acordo com integrantes do partido, foi visto por Elmar como uma espécie de barganha pública na votação "mais importante do ano" e na principal pauta do presidente da Câmara, Arthur Lira (PPAL), o que representaria uma falta de fidelidade a Lira. Elmar e Lira são aliados e o líder do União Brasil é visto como forte candidato à sucessão do presidente da Casa.

Antes da votação da **reforma tributária**, Bivar divulgou uma nota em que defendia o adiamento da apreciação da matéria.

O documento continha o nome de 38 parlamentares, mas alguns disseram à reportagem que não autorizaram a assinatura.

Nos bastidores, deputados falam até em levar o caso ao Conselho de Ética da Câmara por avaliarem que a nota seria um documento falso. De acordo com parlamentares, alguns nomes estavam até mesmo escritos de forma errada.

## APOIO.

Elmar entrou em campo para evitar o movimento da bancada e incumbiu o deputado Danilo Forte (União Brasil- CE) da missão de reafirmar a posição do partido em plenário.

No fim das contas, 48 dos 59 deputados da legenda apoiaram a reforma no primeiro turno.

A avaliação de alguns deputados é de que o movimento desgastou Sabino com o partido e o bloco na Câmara e que seu nome já não seria consenso

para ocupar o Turismo.

O Estadão/Broadcast apurou que Elmar também enxerga interferência de Sabino no movimento encabeçado pelo presidente do partido. O parlamentar é o indicado para ocupar o Ministério do Turismo no lugar de Daniela Carneiro. No entanto, o governo vem adiando a troca na pasta, o que tem irritado Sabino, Bivar e aliados. O nome do "ministeriável" estava na nota, mas ele acabou votando a favor da reforma.

REUNIÕES.

O governo reconhece que há dificuldades no relacionamento com a Câmara.

Em consequência disso, Lula pediu reuniões semanais ou a cada 15 dias com os líderes partidários da Câmara. Projetos da agenda econômica, como o novo arcabouço fiscal, encontram amplo apoio entre deputados de centro-direita, que veem no ministro da Fazenda, Fernando Haddad, um interlocutor confiável. Mas a fidelidade ao governo para por aí.

A esquerda, com cerca de 130 deputados, não conseguiu impedir reveses como a aprovação do marco temporal para a demarcação de terras indígenas.

Na votação da MP de reorganização dos ministérios "parecia que o teto do plenário Ulysses Guimarães ia cair na nossa cabeça", brincou o líder do governo na Casa, José Guimarães (PT-CE).

\*

"Fake" Deputados analisam levar ao Conselho de Ética nota sobre a reforma tributária que eles dizem ser falsa

\*

Para lembrar

Mudanças no Turismo ainda não acabaram

I A crise

A ministra do Turismo, Daniela Carneiro, foi indicada pelo União Brasil. Em abril, porém, ela e o marido, Wagner "Waguinho" Carneiro, prefeito de Belford Roxo, migraram para o Republicanos

I A mudança

A troca na pasta era dada como certa em junho, mas o governo só comunicou a saída na semana assada. Celso Sabino (acima) deve assumir o cargo, mas até

agora a nomeação não saiu

**Notícias Relacionadas:**

PORTAL TERRA

União Brasil quer mais ministérios, mas falta de consenso impede acordo

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Valdemar defende ala do PL pró-reforma

**DANIEL HAIDAR**

Após deputados bolsonaristas atacarem uma ala do PL que votou a favor da **reforma tributária**, o presidente do partido, Valdemar Costa Neto, divulgou nota ontem em que tenta pacificar os ânimos na bancada e defende o grupo que acompanhou o governo Luiz Inácio Lula da Silva nas votações.

Segundo o dirigente, "é correto negociar emendas". "Se o atual governo apresentar uma pauta boa para o País, esse presidente que está aí não precisa gastar orçamento pra ter o nosso voto, pois todos seremos a favor. Da mesma forma que, se uma determinada região precisar de uma emenda, é correto que esse parlamentar cuide do seu povo e melhore a qualidade de vida de quem o elegeu", diz o **comunicado** distribuído aos deputados do PL.

"Muitos parlamentares foram eleitos com apoio de prefeitos e vereadores e precisam levar benefícios para suas regiões e seu povo. E se, para isso, precisarem votar com o governo em pautas específicas, que façam", acrescentou o presidente nacional do partido.

Os deputados Vinicius Gurgel (PL-AP) e Yury do Paredão (PL-CE) afirmaram que têm sido perseguidos por colegas da bancada do PL por não votarem alinhados às posições do expresidente Jair Bolsonaro (PL) na Câmara. As queixas apareceram primeiro em grupos de WhatsApp do partido e acabaram por abrir uma crise na sigla.

**Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>**

# Tarcísio promete manter recursos para universidades com a reforma tributária

**MARCELO GODOY**

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), prometeu aos reitores das três universidades públicas do Estado que o modelo de financiamento das instituições de ensino superior será mantido após a conclusão da **reforma tributária**, em votação no Congresso. Atualmente, essas instituições receberam 9,57% da cota-parte do ICMS que fica com o tesouro estadual para cobrir os seus gastos.

Como a reforma prevê a substituição gradual - até 2032 - do ICMS pelo Imposto de Valor Agregado (IVA) estadual, seria necessário encontrar um novo modelo. No sistema atual, a Universidade de São Paulo (USP) recebe cerca de R\$ 7,5 bilhões por ano. Já a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e a Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp) recebem, cada uma, cerca de R\$ 3,7 bilhões.

A disputa pela manutenção do financiamento das universidades deve opor bolsonaristas radicais, que questionam os gastos e o que chamam de aparelhamento do ensino superior, aos políticos do interior, além de integrantes de partidos do centro e da esquerda, bem como intelectuais e atores econômicos do Estado que defendem o sistema de universidades.

Em 2019, deputados bolsonaristas propuseram a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Assembleia Legislativa para investigar as universidades.

**EMBATE.**

Adiantando-se a mais um possível embate com parte de sua base de apoio, o governador, que prometera durante a campanha manter o financiamento das três universidades, aproveitou na segunda-feira o evento de lançamento do programa Provão Paulista para tranquilizar os três reitores.

Logo depois de formalizar o novo modelo de ingresso nas universidades, por meio de uma avaliação que os alunos da rede pública farão nos três anos do ensino médio e que promete lhes garantir até 13 mil vagas no ensino superior, o governador conversou, segundo informou a assessoria do reitor da USP, o professor Carlos Gilberto Carlotti Junior, com os dirigentes das três universidades.

Na sexta-feira, Carlotti Junior dissera ao Estadão que o conselho de reitores estava preocupado, mas que felizmente haveria tempo para negociar o novo modelo. Ele afirmou ainda que esperava que o novo modelo consagrasse uma nova parcela dos **impostos** estaduais para financiar as universidades.

"Um país não se desenvolve sem educação. Seria um retrocesso enorme comprometer o que está funcionando bem", afirmou então o reitor. Após o encontro, ele se mostrou otimista.

Para Carlotti Jr., sem a manutenção do sistema atual, muito do que as universidades entregam para a sociedade paulista poderia ficar comprometido.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Pacheco nega "fatiamento" de reforma; Braga será o relator

**I FERNANDA TRISOTTO, CAIO SPECHOTO e  
GIORDANNA NEVES/BRASÍLIA**

promulgada a reforma tributária no País."

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), disse ontem que os senadores concordam com o mérito da reforma tributária, mas que poderão ser feitos "ajustes no texto". Ele confirmou ainda que a relatoria da proposta na Casa ficará com o senador Eduardo Braga (MDB-AM), responsável pelos pareceres do projeto na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e no plenário.

As negociações para a escolha de Braga avançaram durante a noite de segunda. Braga é líder do MDB no Senado, partido que lidera o segundo maior bloco partidário da Casa, formado ainda por União Brasil, Podemos, PSDB e PDT.

"Temos muitas expectativas (com a reforma tributária) e concordamos com o mérito.

Ajustes podem ser feitos, mas temos o senso de urgência, da importância e relevância. O Senado cuidará de aprová-la nos próximos meses", disse ele, após se reunir com os ministros da Fazenda, Fernando Haddad, das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, e do Planejamento, Simone Tebet.

TEXTO FATIADO.

O presidente do Senado negou ainda a intenção de fatiar o projeto como forma de acelerar a aprovação dos pontos já de consenso entre os setores.

Essa possibilidade foi antecipada na segunda-feira por Eduardo Braga, ao dizer que "sempre é possível que o texto comum possa ser promulgado, enquanto o controverso siga (em discussão)". Ele ressaltou, no entanto, que até então Pacheco não havia conversado com os partidos sobre a proposta.

"Não temos nenhuma intenção de fatiar a reforma", respondeu o presidente do Senado. "É importante que haja uma inteireza considerando o sistema tributário, é muito importante que haja uma inteireza de raciocínios de institutos que se complementam.

É uma lógica única.

Muito importante que seja entregue a reforma e

# "Não tenha dúvida de que o texto da Câmara vai ter de sofrer ajustes"

**ADRIANA FERNANDES MARIANA CARNEIRO BIANCA  
LIMA BRASÍLIA**

ENTREVISTA: Eduardo Braga, Empresário, foi prefeito de Manaus, governador do Amazonas e ministro de Minas e Energia na 2.<sup>a</sup> gestão Dilma

Escolhido para ser o relator da **reforma tributária** no Senado, o senador Eduardo Braga (MDB-AM) admite que já fez parte, no passado, do grupo de céticos que não acreditavam na aprovação da proposta. Agora, afirma o relator, o otimismo com o ambiente econômico afastou os pessimistas e abriu as condições políticas para a aprovação da proposta.

"O Brasil quer uma **reforma tributária**. O Brasil precisa de uma **reforma tributária**", afirma ele, ao Estadão em resposta aos críticos da proposta que ainda apostam que o Senado vai travar a votação.

A reforma aprovada na Câmara abriu uma crise entre os Estados mais pobres, do Nordeste e Norte, e os mais ricos e populosos, do Sul e Sudeste, em torno da partilha dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional e da governança do Conselho Federativo (que passaria a administrar a arrecadação conjunta de Estados e municípios). Como o sr. vai trabalhar esse embate, que é histórico dentro da nossa Federação?

Temos de buscar o equilíbrio.

Sem nenhuma dúvida, o papel do Senado, que é a Casa da Federação, é buscar o equilíbrio nesta questão federativa.

O sr. acha que o texto ficou desbalanceado ao conceder mais poder de voto no conselho aos Estados mais populosos?

Como relator, não posso fazer essa afirmação. Mas posso dizer que esse critério não é o que forma o Senado, por exemplo.

O equilíbrio do Senado é exatamente os Estados serem representados igualmente.

Mas essa é uma questão que vamos tratar aqui com muita tranquilidade e muita responsabilidade.

Houve questões que não se resolveram na Câmara, eu acho que até por problemas de comunicação.

Quais questões?

Eu não vou entrar em detalhes.

Aqui no Senado vai ter um equilíbrio.

A questão do Conselho Federativo, do Fundo de Desenvolvimento Regional, todas essas questões serão discutidas com bastante profundidade.

Na sua avaliação, seria oportuno já colocar os critérios de distribuição do fundo na PEC?

Em alguns casos, eu acho que a PEC deve estabelecer comandos constitucionais.

Esse seria o caso do fundo, por exemplo?

Não vou antecipar posições de mérito (conteúdo da proposta) hoje. Acho que remeter tudo para lei complementar causa algumas dúvidas e inseguranças. Eu acho que, também, trazer tudo para o texto constitucional não é recomendável. Mas alguns comandos devem estar assegurados no texto constitucional.

E o valor do fundo exclusivo para a Zona Franca de Manaus?

É muito prematuro responder neste momento sobre esse tema.

Eu ainda tenho que conversar não só com o meu Estado, mas também com os parlamentares do meu Estado, os governadores da minha região. Veja, essa não é uma matéria unilateral.

É uma matéria que tem de ser construída com muita paciência e habilidade, porque nós estamos tratando de questões muito delicadas. No caso da origem e do destino (mudar a tributação de onde a mercadoria é produzida para onde é consumida), o Amazonas é o Estado, de longe, que mais perde.

O sr. concorda com os princípios da reforma que foram aprovados na Câmara?

Eu e a torcida do Flamengo.

Mas há críticas, por exemplo, às alíquotas que foram estabelecidas e também pedidos por mais exceções. Eu fui almoçar sábado em São Paulo, num restaurante superlotado.

Algumas pessoas já estavam especulando meu nome (para a relatoria da reforma) e acabaram me reconhecendo.

Elas vinham para mim: "Ah, eu sou a favor da **reforma tributária**."

Espero que o senhor aprove". Ninguém me falou dessa "quarta alíquota" ou do ponto e vírgula da lei. Nós é que vamos ter a responsabilidade de discutir isso. Mas o senso geral, seja da opinião pública, seja dos investidores, foi de aprovação com os princípios gerais da **reforma tributária**. Agora, não tenha dúvida: nas questões pontuais - e algumas delas conjunturais -, ela terá que sofrer ajustes.

Muita gente dizia que a reforma não iria para frente...

Eu mesmo dizia que não iria.

Alguns setores contrários à PEC estão apostando que o Senado pode melar a reforma - e, inclusive, já fazem negociações nesse sentido.

O sr. acredita que o texto pode ir para o chamado "cemitério" de projetos em que o Senado se transformou?

Não. O Brasil quer uma **reforma tributária**. O Brasil precisa de uma **reforma tributária**. Eu sempre disse que, na minha opinião, era preciso, antes da reforma, haver o arcabouço fiscal.

Não sei se eu estava certo ou errado, mas foi em função da mudança de ambiente que o cenário da economia mudou e a confiança está mudando.

Todos já estão precificando no mercado uma série de coisas: queda da **inflação**, queda de câmbio, queda de taxa de juros - que, em agosto, o Banco Central começa a fazer a inflexão da taxa Selic. Enfim, que a economia comece a andar, a gerar emprego, a abrir espaço fiscal.

Todas essas questões acabam favorecendo o ambiente da **reforma tributária**.

E, politicamente, o que mudou para possibilitar a votação da reforma?

Na política, eu acho que existem os ideológicos e os

que são movidos pelo bolso. Se a economia vai bem, eles apoiam os governantes de plantão. Se a economia vai mal, eles não apoiam. Então, o que aconteceu?

Havia um pessimismo instalado no ambiente econômico; havia desconfiança, pessimismo.

Isso, aos poucos, foi mudando, e começou a se instalar um ambiente de confiança, de esperança e, finalmente, um ambiente de otimismo, que está começando a florescer.

Isso tem reflexo quase que na veia política. A economia passou a ser um dos argumentos mais fortes da política.

"O senso geral foi de aprovação com os princípios gerais da **reforma tributária**."

Agora, não tenha dúvida: nas questões pontuais - e algumas delas conjunturais -, ela terá que sofrer ajustes"

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Relatório deve ficar pronto para votação até outubro

O relator da **reforma tributária** no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM), afirmou ontem não ver espaço para que haja aumento da carga tributária com a aprovação da proposta de mudança nos **impostos** sobre o consumo. "Eu não vejo espaço para aumento de carga tributária no País", disse ele, em entrevista coletiva.

A previsão é de que seu relatório seja apresentado em outubro para votação no Senado.

Braga sinalizou ainda que pretende fazer alterações no texto aprovado na Câmara, o que fará com que a proposta tenha de voltar para a Câmara. Apesar disso, ele estima que a promulgação da proposta de emenda constitucional (PEC) ocorra ainda neste ano.

Braga diz que solicitou estudos do Ministério da Fazenda e do Ministério do Planejamento sobre os impactos da medida, assim como cálculos de Estados e de setores econômicos que já o procuraram para tratar de alterações no texto.

"Tudo agora nós queremos analisar com números. Eu acho que, nos conceitos, a Câmara discutiu muito. Agora, já que tem um modelo colocado de pé, nós queremos poder quantificar esse modelo e verificar os impactos que esse modelo efetivamente está indicando", afirmou.

HADDAD.

O senador demonstrou discordância com a ideia defendida pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, em entrevista ao podcast O Assunto, do portal G1, de antecipar o envio da reforma sobre a renda.

Para o chefe da Fazenda, a reforma dos **tributos** sobre o consumo poderia tramitar simultaneamente à da renda - que o governo pretende enviar no segundo semestre.

"Eu, sinceramente, sou daqueles que acham que é uma questão de cada vez. Se pudéssemos concluir pelo menos essa segunda fase da **reforma tributária** para poder enfrentar a questão da renda, talvez fosse melhor", disse Braga. "Mas isso não compete a nós; essa iniciativa é do Executivo e quem estabelecerá o tempo em relação a isso será o Executivo." Ele falou ainda sobre proposta de "fatiar" a reforma, aprovando

primeiro os pontos que têm consenso no Senado. "A percepção que nós temos é de que é quase impossível você fatiar uma PEC sobre uma matéria sistêmica, como a **reforma tributária**. Portanto, ela terá de ser tratada como um todo para que não fique atrofiada de um lado e capenga do outro."

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# CPMI entre o horror e a irrelevância - VERA MAGALHAES

**VERA MAGALHAES**

A CPMI do 8 de Janeiro não completou nem dois meses, e sua evolução errática já demonstra que ninguém mais tem interesse em sua continuidade ou acredita que ela produzirá algo mais relevante que as investigações a respeito da tentativa de golpe perpetrada por radicais bolsonaristas nos primeiros dias do governo Lula.

Encalacrados numa falta completa de plano de voo, deputados e senadores proporcionaram um espetáculo triste ao país, que não se prestou nem ao papel de "flor do recesso", aquela categoria de notícia de menor importância, mas que, ainda assim, ajuda a preencher espaço em sites, páginas de jornais e emissoras de TV no período de falta de grandes fatos políticos pelo intervalo das sessões no Congresso e no Supremo Tribunal Federal.

Criada pela insistência da oposição, que, sabe-se lá por que, achou que seria possível fazer uma tal inversão de narrativa para responsabilizar o governo Lula pela baderna promovida pelos apoiadores de Jair Bolsonaro, a CPMI não mostrou ser capaz de encontrar um caminho próprio de apuração que não só a diferencie das linhas já seguidas pela Polícia Federal ou pelo STF, mas também justifique os gastos e as horas despendidos em depoimentos inócuos e sessões de bate-boca degradantes.

Seria necessário que a cúpula da comissão fizesse uma daquelas paradas técnicas para se organizar politicamente e definir aonde quer chegar. Repetir quebras de sigilos já obtidas e analisadas pela PF e pelo STF é chover no molhado.

E depois do que Mauro Cid encenou nesta terça-feira, ou a comissão demanda ao Supremo que delimite o que está garantido pelos habeas corpus preventivos ou acabou a possibilidade de extrair qualquer linha aproveitável dessas oitivas.

Asorte do país é que a agenda econômica se desgarrou do show de horrores dessa legislatura, tomada como refém do pior da polarização política e que expõe o desespero dos extremistas bolsonaristas diante da rápida perda de relevância política de seu líder máximo, que, depois de ficar inelegível, já perdeu uma queda de braço de ascendência sobre o conjunto

da oposição para o pupilo Tarcísio de Freitas.

Neste início de fragmentação do espólio bolsonarista, o rol de bizarrices só tende a aumentar, como mostra um breve extrato da semana logo após a histórica aprovação da **reforma tributária** na Câmara: Eduardo Bolsonaro comparando de forma inadmissível professores a traficantes de drogas, quebra-pau em grupo de WhatsApp da bancada do PL, a onipresente Carla Zambelli exposta tramando contra Alexandre de Moraes pelo hacker da Vaza-Jato (os roteiristas do Brasil estão de parabéns) e outras excrescências.

Na falta de saber o que procurar, a CPMI do 8 de Janeiro corre sério risco de ser capturada por esse elenco que foi eleito para radicalizar e se vê perdido diante do avanço do governo Lula, com a ajuda da ala pragmática do Centrão de Arthur Lira, sobre as pautas econômicas.

Ou se faz um relançamento dessa comissão, com um afinamento maior entre o presidente, deputado Arthur Maia, e a relatora, Eliziane Gama, ambos ainda perdidos em seus papéis, ou o melhor será que ela caminhe logo para um término sem prorrogação.

Assim, a imprensa e a sociedade não se distraem das frentes que têm mostrado resultados: a tomada de contas pela Justiça contra Bolsonaro e os que tramaram contra a democracia (estrada em que a CPMI deveria correr, mas não consegue entrar) e o ajuste econômico do país que pode levar à retomada de um crescimento robusto e de longo prazo e à redução das muitas camadas de desigualdades (sociais, econômicas, tributárias, educacionais, infinitas) que ainda grassam no Brasil.

Comissão não mostrou ser capaz de encontrar caminho próprio de apuração que a diferencie das linhas já seguidas pela PF ou pelo STF

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Hacker: Zambelli pediu invasão a contas de Moraes

O hacker da Vaza-Jato Walter Delgatti Netto afirmou que a deputada federal Carla Zambelli (PL-SP) lhe pediu para invadir urnas eletrônicas e, caso não conseguisse, acessasse o e-mail e o celular do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes. As informações, divulgadas pelo blog de Andréia Sadi no g1, constam no depoimento de Delgatti à Polícia Federal.

Segundo o hacker, a deputada fez o pedido em um encontro na Rodovia dos Bandeirantes, em São Paulo, em setembro de 2022. À época, pesquisas mostravam Lula à frente de Jair Bolsonaro na corrida eleitoral.

O então presidente e seus apoiadores vinham atacando, sem provas, a segurança do sistema eleitoral.

Ainda em seu depoimento, Delgatti afirmou que conseguiu acessar o e-mail de Moraes, mas não encontrou nada de comprometedor. Ele disse ainda que não conseguiu invadir o celular do ministro e o sistema de segurança das urnas eletrônicas.

Carla Zambelli, que levou o hacker a reuniões em Brasília, chegou a afirmar a interlocutores que sua intenção era discutir a possibilidade de ele integrar uma equipe de consultores contratados para fiscalizar as urnas eletrônicas. A parlamentar compareceu com Delgatti a um encontro com o presidente do PL, Valdemar Costa Neto, na sede do partido, e outro com Bolsonaro, no Palácio da Alvorada.

Em entrevista ontem ao Estúdio i, da GloboNews, Valdemar minimizou a reunião com Delgatti antes das eleições.

Disse que o encontro aconteceu por insistência do hacker e negou que tenha sido iniciativa de Carla Zambelli.

**PEDIDO DE EMPREGO** De acordo com Valdemar, Delgatti queria ser contratado pelo PL, mas Zambelli, que estava atrás dele na reunião, fazia sinal negativo com a cabeça: "Quando ele me disse: "Eu queria trabalhar para o senhor, eu queria ser contratado pelo PL", eu falei: "Mas eu não posso te contratar e ela fazia sinal para eu não contratar"', disse à GloboNews.

Valdemar desconversou ao ser questionado se o

hacker mencionou a possibilidade de invadir as urnas eletrônicas e disse que "nunca" duvidou da lisura do processo eleitoral: "(Delgatti) Falou alguma coisa disso, que ele podia alterar o resultado das urnas, que ele podia mexer com isso. Às vezes, eu discordo do Bolsonaro disso, o pessoal do Bolsonaro fica chateado comigo de falar isso, mas eu nunca duvidei das urnas, eu dispuo as eleições desde 1990, eu nunca duvidei das urnas." Preso em 2019 na Operação Spoofing, Delgatti foi o responsável por invadir o Telegram e copiar diálogos de integrantes da Operação Lava-Jato.

A proposta de Zambelli era que ele fosse contratado como um especialista em ataques cibernéticos pelo Instituto Voto Legal, indicado pelo PL ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para auditar as eleições.

A parlamentar chegou a assumir que pagou hospedagens de Delgatti e do advogado Ariovaldo Moreira, no hotel Phenícia, em Brasília, cujas diárias custam em torno de R\$ 200.

Moreira defendeu Delgatti na ação da Spoofing.

Delgatti, que estava respondendo pelo atos em liberdade, voltou a ser preso em junho, após descumprimento de medidas cautelares que o proibiram de acessar a internet.

O depoimento foi prestado no âmbito do inquérito que investiga a invasão do sistema de mandados de prisão do Conselho Nacional de Justiça e a inclusão de uma falsa ordem de detenção de Moraes.

Delgatti foi solto novamente ontem, como noticiou o colunista Lauro Jardim.

Procuradas pelo g1, a assessoria de Zambelli não se manifestou, a defesa do hacker não quis comentar e a assessoria de Moraes disse não falar sobre investigações em andamento.

Barraco no WhatsApp do PL tem novo round

O grupo de WhatsApp do PL da Câmara foi bloqueado pela segunda vez após nova confusão.

Mesmo com apelos pela pacificação, mais um bate-boca, acompanhado de ameaça, levou o líder da sigla, Altineu Côrtes (RJ), a proibir novamente o envio de

mensagens.

No domingo, as divergências sobre a **Reforma Tributária** motivaram cobranças e xingamentos, conforme revelou O GLOBO.

Para evitar o confronto, Côrtes bloqueou o grupo, liberando as mensagens na tarde de segunda-feira. Às 21h02m, o deputado youtuber Gustavo Gayer (GO) retomou o assunto para ameaçar retaliação. Ele questionou a publicidade de sua troca de mensagens com Vinícius Gurgel (AP).

"Isso aqui é muito triste.

Saber que alguém fica vazando as conversas desse grupo para a imprensa", escreveu Gayer.

Minutos depois, ameaçou: "Uma coisa eu garanto.

Esse ataque desproporcional não vai ficar assim.

Falar isso e depois vaziar para a imprensa é coisa de muleke". Ele se referia a um processo antigo ao qual respondeu por dirigir alcoolizado. Os posts levaram a nova discussão.

"Sem dúvidas, mais triste ainda é colegas de partido ficarem expondo os outros em suas redes sociais, incitando as pessoas para irem atacar os perfis dos próprios colegas!! Lamentável ...", escreveu Yury do Paredão (CE), aliado de Gurgel.

Uma nova pancadaria seguiu, culminando no bloqueio. (Bruno Góes)

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# A tal Reforma Tributária possível - ZEINA LATIF

**ZEINA LATIF**

Muito se falou em aprovar a **Reforma Tributária** "possível". Com razão, pois a reforma "ideal" do ponto de vista econômico -IVA único nacional (e não o dual) e ausência de regimes especiais (inclusive para saúde e educação, já que não são os mais pobres que utilizam o serviço privado) -seria improvável.

Em grande medida, a distância entre o "ideal" e o "possível" decorre de elementos da política que se reforçam mutuamente, como o marcante antagonismo entre a oposição e o governo, e o poder de grupos organizados.

A resistência da oposição, inclusive alimentada pelo ex-presidente Bolsonaro, acabou limitando a capacidade do governo de enfrentar grupos organizados. Se anteriormente eu acreditava que o presidente Lula deveria defender publicamente a reforma, hoje avalio que seu silêncio pode ter sido uma decisão sábia, para não atrapalhar as negociações.

Não é seguro afirmar que um período mais longo de debate da matéria produziria melhores resultados, com menos concessões a diferentes segmentos. Além de o debate ter amadurecido bastante nos últimos anos - com grande mérito de técnicos do governo anterior, sobretudo Vanessa Rahal Canado e Isaías Coelho, e de lideranças da Câmara -, prolongar a tramitação poderia ameaçar a aprovação.

Primeiramente porque reformas de maior envergadura são mais viáveis em primeiro ano de governo. Adicionalmente, uma longa tramitação poderia resultar em mais concessões, e não o contrário. Vale recordar a chance perdida de aprovação no segundo semestre de 2019. Havia empenho do presidente da Casa, Rodrigo Maia, e concordância de governadores, mas faltou o apoio do próprio governo Bolsonaro.

Perdeu-se uma oportunidade preciosa para uma reforma mais ambiciosa. Desde então, cresceu a organização de grupos de pressão, inclusive com associação à oposição, como é o caso do agronegócio, bem como o protagonismo de governadores. Assim, o escopo da reforma ficou mais limitado.

Das muitas demandas atendidas para aprovar a **Reforma Tributária**, houve algumas oportunistas, de última hora, como conceder aos estados a autorização, até 2043, para cobrar contribuições sobre produtos primários e semielaborados. O intuito é compensar a perda de aportes a fundos estaduais feitos por empresas que se beneficiam da guerra fiscal (a ser eliminada até 2032). Fere-se, porém, o espírito da reforma, em vários aspectos, como aumentar a carga tributária, tributar na origem e onerar exportações.

Ainda assim, a reforma foi um passo largo para remover muitas distorções.

Faltam, no entanto, outras batalhas menores, mas que podem fazer grande diferença no resultado final.

O Senado deveria aparar arestas, corrigindo imprecisões na redação e, de preferência, alguns equívocos, como os muitos regimes especiais, além do ponto relativo à criação de **tributos** pelos estados. A ver se o bem comum conseguirá se impor aos interesses oportunistas que andam a dominar a agenda legislativa.

Posteriormente, no projeto de lei complementar, será necessário zelo ao tratar do detalhamento de temas críticos, que vão da definição das alíquotas dos **tributos** ao mecanismo de devolução do crédito tributário às empresas.

A definição das alíquotas será resultado de uma conta de chegada, de modo a manter a arrecadação constante, sendo que os valores podem ser calibrados futuramente -o período de teste, em 2026, com alíquota de 0,9% para a CBS (federal) e 0,1% para o IBS (demais entes) poderá prover referências para isso.

Já a devolução de crédito tributário é tema complexo e é fator chave para o bom funcionamento do imposto sobre o valor agregado.

Afinal, o IVA incide sobre a geração de renda em cada etapa do processo produtivo, considerando o devido desconto dos **tributos** sobre os insumos, pagos nas etapas anteriores.

Alguns fatores dificultam a devolução automática,

mediante a mera apresentação da nota fiscal relativa à aquisição dos insumos.

É o caso da evasão fiscal, por meio de emissão de nota fiscal "fria" de empresas de fachada.

Além disso, mesmo em caso de crédito validado, uma vez que se optou pelo IVA dual, a devolução do crédito pelos estados pode se tornar um ponto de insegurança para as empresas. Será necessário desenhar regras para que o processo ocorra de forma tempestiva.

Enfim, há ainda muito trabalho para termos a Melhor Reforma Possível.

\*

O Senado deveria aparar arestas. A ver se o bem comum conseguirá se impor aos interesses oportunistas

**Notícias Relacionadas:**

O GLOBO - ON LINE - RJ  
A tal **Reforma Tributária** possível

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Triplicar ensino técnico daria ganho no PIB de até 2,32%, indica estudo

Se o Brasil dobrasse ou triplicasse o número de vagas oferecidas no ensino médio técnico, isso implicaria aumento do Produto Interno Bruto (**PIB**) de até 2,32%, indica estudo recém-concluído do Itaú Educação e Trabalho. A pesquisa, realizada principalmente ao longo de 2022, traz ainda um retrato dos "prêmios salariais" por faixas de formação no país.

A pesquisa observou quais seriam os efeitos da expansão do ensino médio técnico para indicadores macroeconômicos. A aposta no ensino profissionalizante é vista por pesquisadores como uma estratégia para desenvolver capacidades ao mesmo tempo que pode ampliar a produtividade no país.

Além do **PIB**, entrou na conta o que aconteceria com a concentração de renda (índice de Gini) e, ainda, com o "ganho de bem-estar" da população - medido pelo aumento do consumo das famílias em decorrência da melhoria da escolaridade e, conseqüentemente, da renda. Com mais pessoas integrando faixas salariais mais altas, o índice de Gini passaria de 0,58 para 0,55. No índice de Gini, quanto mais perto de zero, menor a desigualdade.

Haveria também um aumento médio de até 0,38% do consumo de famílias (ver quadro).

Para aumentar as vagas seria preciso ampliar investimentos públicos destinados ao ensino médio dos atuais 1,18% do **PIB** para 1,27% para dobrar o número de vagas e para 1,35% se o país quisesse triplicar as cadeiras. Segundo o modelo, o dinheiro sairia de **impostos** de renda, sobre a folha e sobre o consumo.

O investimento do governo aumentaria, mas com a elevação do **PIB** o efeito fiscal "seria nulo", disse o pesquisador.

Com a população brasileira "envelhecendo", conforme indicaram os dados do Censo divulgados em junho pelo IBGE, tornam-se ainda mais urgentes as mudanças relacionadas à educação. Ana Inoue, superintendente do Itaú Educação e Trabalho, chama a atenção para o fato de que 88,8% dos jovens estão matriculados no ensino médio público.

"São os adultos de amanhã.

Que políticas estamos propondo?" Ela avalia que a educação profissional é uma parte necessária do desenvolvimento da população jovem, e não é "um fim em si mesma". Em outras palavras, quem opta por esse caminho não precisa congelar a carreira nesta etapa. Entre as frentes de trabalho da instituição, que integra a Fundação Itaú, está a contribuição aos Estados, por meio de apoio técnico, para que os agentes públicos elaborem políticas de educação profissional.

O Brasil forma pouca gente no ensino médio técnico: 8% entre os que concluem o ensino médio. Para efeito de comparação, nos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a média é de 37%.

O estudo mostra que esse dado é baixo não por falta de interesse do brasileiro, mas por baixa oferta de vagas. O Centro Paula Souza, maior ofertante de ensino técnico do país e referência no estudo, atende a 20% da demanda. A instituição reúne 226 mil estudantes em 216 cursos. Ao todo, o país tem 800 mil matriculados na modalidade.

Se o número de cadeiras no técnico dobrasse, mostra o estudo, a proporção de trabalhadores com esse grau de formação ou o nível superior aumentaria 5,74%. Caso a quantidade de vagas aumentasse três vezes, a alta na proporção de trabalhadores de médio técnico ou superior seria de 10,4%.

"É um estudo bastante simplificado sobre o que ocorreria. Não avançamos sobre demandas dos setores ou quais cursos poderiam ser ofertados", resume o pesquisador Sergio Firpo, que conduziu o estudo, inicialmente pelo Insper, junto com Marcelo Santos, Vitor Fancio e Clarice Martins. "Algumas conclusões, contudo, não são nada desprezíveis." Em fevereiro, Firpo passou a integrar a equipe do governo federal, ao assumir a Secretaria de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos, do Ministério do Planejamento e Orçamento.

O pesquisador destaca que "turbinar" o ensino médio técnico traria um efeito ao **PIB** similar ao da **reforma tributária** - à espera de votação no Senado Federal. Segundo divulgou o Ipea na semana passada, lembra ele, a reforma poderia contribuir com um crescimento

de 2,39% da economia do país na década - parecido com o efeito do investimento em ensino técnico, de crescimento de 2,32%, estimado pelo estudo. "E ambos os trabalhos são conservadores" em relação ao potencial efeito no **PIB**.

Vitor Fancio informa que a movimentação foi considerada na faixa entre 24 e 65 anos da força de trabalho, ou seja, num universo que soma 105 milhões de brasileiros. Destes, 989 mil pessoas têm formação no ensino médio técnico atualmente; enquanto 50,7 milhões de indivíduos têm o fundamental e, 34 milhões, o médio tradicional. No superior são 18 milhões.

O aumento de oferta de pessoas com melhor grau de escolarização resultaria em queda de até 5,4% da proporção de trabalhadores com ensino fundamental e médio tradicional, e esse retrato alteraria médias salariais do mercado de trabalho. Nas faixas de trabalhadores formados no fundamental ou médio tradicional, os salários poderiam crescer até 2,76%.

Por outro lado, os salários médios para formados no ensino técnico teriam recuo de até 14,34%. "É um desdobramento natural, de distribuição de renda", diz Firpo.

Contudo, mesmo com o recuo de patamares salariais médios nas faixas de pessoas formadas no técnico e no superior, haveria melhoria de patamar de renda para a população que mudou o grau de escolaridade. É que, hoje, um trabalhador com ensino médio técnico ganha 32% a mais do que alguém que tenha o ensino médio tradicional. Já a diferença de "prêmio" entre os formados no ensino médio técnico e no fundamental é de 84%.

"Turbinar" o ensino técnico teria efeito similar ao da **reforma tributária** Sergio Firpo

**Notícias Relacionadas:**

VALOR ONLINE

Triplidar ensino técnico daria ganho no **PIB** de até 2,32%, indica estudo

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187600?page=1&section=1>

# Braga é considerado aliado importante pelo Planalto

Escolhido como relator da **reforma tributária** no Senado, o senador Eduardo Braga (AM) é líder do MDB na Casa, tem uma boa relação com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e é considerado pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva como um importante aliado no Congresso.

Braga tem articulado mudanças na **reforma tributária** antes mesmo de o texto ter chegado ao Senado. Na tramitação na Câmara, o parlamentar, um dos principais defensores dos benefícios da Zona Franca de Manaus, atuou para tentar manter as vantagens fiscais da ZFM e defendeu um fundo de compensação diferenciado para o Amazonas.

Na semana passada, antes da aprovação da reforma pelos deputados, o senador disse que a proposta gerava "muitas incertezas e dúvidas", especialmente em relação aos benefícios da Zona Franca de Manaus, e afirmou que o texto em tramitação poderia "paralisar a economia".

No Senado, Braga tem dito que a reforma terá "ajustes".

O parlamentar foi escolhido em um acordo feito entre os presidentes da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Davi Alcolumbre (União-AP). Braga já afirmou que vai batalhar para que sejam mantidos os "dispositivos que preservam as vantagens comparativas" da Zona Franca de Manaus.

No Senado, Braga lidera o MDB, segunda maior bancada, com 11 senadores. É o mesmo número de parlamentares do PL e só perde para o PSD, com 15.

Aliado de Lula, Braga apoiou em 2022 a candidatura presidencial do petista desde o primeiro turno, a despeito de o MDB ter lançado a então senadora e atual ministra Simone Tebet para disputar a Presidência. O parlamentar atuou para que o MDB e integrantes do partido aderissem à campanha de Lula.

No ano passado, disputou o governo do Amazonas, mas perdeu para Wilson Lima, reeleito no cargo com apoio do então presidente Jair Bolsonaro (PL).

Na montagem dos ministérios, Braga tentou influenciar a indicação de Minas e Energia e foi cotado para o

cargo, mas não foi escolhido.

Neste mandato de Lula, foi designado presidente da Comissão Especial que analisou a Medida Provisória que recriou o programa habitacional Minha Casa, Minha Vida, aprovada por unanimidade.

Braga foi líder do governo Dilma Rousseff no Senado entre 2012 e 2014. Em 2015, foi nomeado ministro de Minas e Energia e permaneceu no cargo até abril de 2016.

Empresário, formado em engenharia, o parlamentar foi vereador de Manaus, deputado estadual, deputado federal, prefeito da capital amazonense e, por dois mandatos consecutivos, foi governador do Amazonas, entre 2003 e 2010. Está no segundo mandato de senador.

Em 2019, foi denunciado por crime eleitoral pela então procuradora-geral, Raquel Dodge, que apontou suspeita de ocultação de doações. No entanto, dois anos depois, em 2021, a denúncia foi arquivada pela Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal.

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187600?page=1&section=1>

# Fazenda vê com cautela artigo que permite a Estados criar contribuição

Alvo de críticas do agronegócio, da mineração e da indústria petrolífera, o artigo incluído na **reforma tributária** que permite aos Estados a criação de uma contribuição sobre produtos primários e semielaborados teve o apoio da maioria dos governadores, após movimento liderado pelo Centro-Oeste, mas não contou com o apoio do Ministério da Fazenda, apurou o Valor.

Integrantes da pasta têm evitado tecer críticas diretas à inclusão do artigo, mas admitem, reservadamente, que foi uma decisão política do Parlamento. O trecho foi aprovado dentro de uma emenda aglutinativa, após a votação em primeiro turno do texto-base da reforma. Técnicos lembram que o papel da Fazenda é subsidiar o debate, municiando os deputados com pontos positivos e contrários a cada medida tomada, mas que a decisão final cabe ao Congresso.

Questionado especificamente sobre essa possibilidade de os Estados criarem um novo tributo, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que as "inovações" inseridas de última hora no texto criam uma "preocupação maior porque foram pouco debatidas".

Ele defendeu que o Senado faça alterações no texto, sem exemplificar quais, citando somente a necessidade de reduzir exceções à alíquota padrão do futuro Imposto sobre Valor Agregado (IVA). O ministro sinalizou, ainda, não ver problemas em fatiar a **reforma tributária** para promulgar os pontos de consenso e debater os trechos sem acordo.

Indicado para relatar a proposta no Senado, o senador Eduardo Braga (MDB-AM) disse em entrevista ao Valor que ainda não tem opinião formada sobre o assunto. Ele afirmou que vai ouvir as pastas da Fazenda e do Planejamento antes de fazer uma avaliação sobre a medida.

"Não dá para a gente cravar, mas é uma coisa que a gente tem que olhar com cuidado", afirmou o parlamentar. "Tudo isso vai ter que ser analisado. Vai ter um impacto na **inflação** brasileira, porque a base da alimentar brasileira vai ser impactada." O Valor apurou que, apesar de o movimento ter sido liderado pelo Centro-Oeste, a maioria dos Estados concordou com a inclusão na **reforma tributária** do artigo que permitirá a criação do novo tributo. O acordo foi

fechado para garantir que todos os Estados tivessem parte de suas demandas atendidas. Também foi uma forma de viabilizar a votação.

Porém, fonte ligada aos Estados destaca que, como alguns governadores conseguiram incluir na reforma pautas que não foram acordadas por maioria, como os critérios de governança do Conselho Federativo, o apoio ao artigo "perde substância".

"Não sei como isso se concretizará no Senado", disse essa fonte.

Reservadamente, um governador afirmou que não vê problemas em manter o trecho incluído na reforma, se for para garantir a votação da PEC no Senado. Ele também disse ser cedo para avaliar se a supressão do artigo pode acarretar perdas de apoios importantes para a reforma.

Já a secretária de Economia de Goiás, Selene Peres Peres Nunes, afirmou que o trecho é necessário para financiar investimentos em obras de infraestrutura, como em rodovias para o escoamento da produção agrícola. "Somos favoráveis à manutenção do fundo de infraestrutura, porque esses investimentos são necessários para escoamento da produção e faz mais sentido que a contribuição seja cobrada de quem trafega com carga pesada e depende do bom estado das rodovias para produzir", afirmou.

Ela afirmou que Goiás tomou conhecimento da iniciativa através de outros Estados e se manifestou favorável ao artigo, mas que a manutenção do trecho é um ponto acessório, que não muda as duras críticas que o Estado tem feito à reforma.

Atualmente, alguns Estados já cobram uma contribuição de empresas para financiar investimentos em infraestrutura. Porém, essa colaboração é voluntária e feita através de fundos (com vantagens para as empresas que aderem), pois os entes não têm competência para instituir esse tipo de tributo.

Já o artigo incluído na reforma permite que, constitucionalmente, os Estados cobrem essa contribuição, que deixaria de ser voluntária. O objetivo seria financiar investimentos em obras de infraestrutura e habitação, em substituição aos fundos estaduais.

O trecho tem preocupado os setores de mineração, do agronegócio e a indústria petrolífera, os mais atingidos. Uma coalizão deve ser fechada entre associações e entidades para tentar derrubar o artigo no Senado.

Advogados tributaristas consultados pelo Valor afirmam que pode haver questionamento na Justiça, caso se mantenha no texto final o artigo. De acordo com o advogado e professor da FGV e do Instituto Brasileiro de Direito Tributário (IBDT) Carlos Eduardo Navarro, sócio do Galvão Villani, Navarro, Zangiácomo e Bardella, não houve nenhuma discussão sobre essa previsão, que foi incluída de última hora no texto aprovado na Câmara.

Do jeito como está, segundo Navarro, "foi dada uma carta em branco para os Estados fazerem o que quiserem e os contribuintes ficam muito desamparados", diz.

"Essa contribuição, sem dúvida, é a pior notícia da reforma, ao criar mais um tributo, sem qualquer tipo de parâmetro ou limitação do legislador", afirma.

Segundo o professor, o artigo somente institui que serão tributados os produtos primários e semielaborados e a data que esse tributo deixaria de ser cobrado, no dia 31 de dezembro de 2043.

Mas não diz em qual tipo de operação incidiria, se na exportação, comercialização, se toda a cadeia seria tributada (plurifásica) ou apenas uma etapa da cadeia (monofásica). "Não há o menor desenho sobre esse novo tributo, que pode ser objeto de questionamento por estar fora do sistema tributário previsto na Constituição", diz Navarro.

Para o advogado Tércio Chiavassa, do Pinheiro Neto Advogados, o artigo aprovado é muito aberto e preocupante. "Tem-se um receio do que se pode fazer com ele", diz. Para Chiavassa, se o dispositivo for aprovado sem mudanças, poderia ser questionado judicialmente por violação ao artigo 155, inciso II, da Constituição, que diz sobre a competência dos Estados para instituir **impostos**.

Como mostrou o Valor na segunda-feira, o Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), um dos setores que seriam afetados, também demonstrou preocupação e defendeu que o texto seja alterado no Senado.

Ao Valor, o ex-ministro da Defesa e diretor-presidente do Ibram, Raul Jungmann, afirmou que o artigo incluído é obscuro, porque permite as mais diversas interpretações.

"Se tiver curso, vai ser judicializado", disse. Ele defendeu que o Senado atue com independência em relação à análise do trecho, pois, em emenda constitucional, nenhuma das Casas é revisora da matéria.

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187600?page=1&section=1>

# Deflação de junho torna iminente a queda dos juros (Editorial)

A deflação de 0,08% do IPCA em junho torna praticamente certo o início de um ciclo de corte das taxas de juros pelo Banco Central na próxima reunião. Não deixa evidente a magnitude do corte, porque os serviços continuam pressionando a **inflação** - aqui, nos Estados Unidos e Europa - nem o ponto de chegada do afrouxamento. Importante, no entanto, é que se trata de um fato auspicioso que, somado a vários outros dos últimos meses, deixa entrever a possibilidade de um círculo virtuoso, pelo menos a curto prazo, de algum controle do gasto público, crescimento um pouco maior, **inflação** cadente e aumento dos investimentos privados.

Embora o presidente Lula gostaria que o BC obedecesse a suas ordens e reduzisse os juros quando ordenasse, foi a insistência em uma política contracionista que abriu finalmente os horizontes de redução. Os movimentos que orientaram a desancoragem das expectativas inflacionárias e o pessimismo são claros e atribuíveis a sentimentos pessimistas sobre ações do governo. A PEC da Transição, com aumento de 1,5% do PIB em gastos, com as investidas do presidente por mais gastos, fizeram os investidores temerem pelo pior. A avaliação de que uma âncora fiscal nada robusta era no entanto uma positiva e pouco esperada preocupação fiscal, a revisão da perspectiva para a nota de crédito soberano do país e a valorização do real mudaram o clima.

A manutenção da meta de **inflação** em 3% para 2026, sem mudança nos anos anteriores, com a aceitação de um calendário móvel para o BC atingir seus alvos, retirou outra fonte de angústia sobre as intenções do governo de forçar um afrouxamento monetário na marra. A aprovação da **reforma tributária** na Câmara por ampla maioria em dois turnos virou o jogo amplamente a favor da chance de um período de estabilidade econômica. Falta derrubar os juros.

Não era novidade que o IPCA acertaria a meta em junho, e ficasse até mesmo abaixo dela - foi de 3,16% em doze meses - com a queda de alimentos e a derrocada dos preços dos combustíveis. Também não é segredo que a base de comparação agora será mais desfavorável, com a deflação trimestral de julho-agosto-setembro do ano passado entrando nos cálculos. O Banco Central prevê **inflação** fora da meta em 2023, com o IPCA de 5%. Os investidores estão mais otimistas e vislumbram uma chance de que a

**inflação** caia abaixo do teto de variação da meta, de 4,75%.

Os números de junho não desmentiram a perspectiva da desinflação. A média de **inflação** dos cinco núcleos calculados pela MCM Consultores mostrou novo recuo, de 6,72% para 5,99%. Outro fator positivo foi a redução significativa do índice de difusão (quantidade de produtos com preços em alta em relação ao total da cesta pesquisada), que foi de 56% para 49,6%.

Mas a queda do índice cheio da **inflação**, como em vários países, foi mais rápida que a dos núcleos, por vários motivos. O principal deles é que a redução inflacionária está vindo de setores que são mais voláteis, justamente os excluídos dos núcleos, como energia e alimentos. São alguns deles que jogaram o IPCA para o lado negativo, com deflação de 0,14% em alimentos e bebidas e de 26,3% nos combustíveis. Os preços do petróleo estão em baixa no exterior e o movimento tem sido acompanhado pelas reduções feitas pela Petrobras. Haverá recomposição dos **tributos** a partir de agora e a desoneração do ano passado levou à deflação do IPCA a partir de julho.

Os bancos centrais, como o do Brasil, estão preocupados com a resistência à queda dos preços dos serviços. Na Europa e Estados Unidos, o aquecimento do mercado de trabalho é uma de suas causas. No Brasil, o BC atribui à força da demanda a retração vagarosa dos índices que medem a **inflação** subjacente em serviços. Pelos dados do IBGE, os serviços no IPCA evoluíram 0,62% em junho, que não apenas reverteu a deflação observada em maio como foi a mais alta taxa do ano. Em 12 meses, a taxa foi de 6,21%. Há relativa piora quando se considera a média móvel de três meses anualizada dos serviços subjacentes, que subiu. Nos cálculos de Alexandre Maluf, da XP Investimentos, ela avançou de 6,08% em maio para 6,75% no mês passado.

Olhando friamente os números, o BC provavelmente decidirá por uma redução de 0,25 ponto percentual. Mas como a tendência dos preços é declinante, entre 5% na pior das hipóteses em 2023 e 3,9% no ano que vem, a taxa real ficou alta em demasia. Assim como há BCs que ficam atrás da curva por demorarem a elevar os juros, há os que estão na mesma situação para reduzir as taxas. A avaliação do momento e do ritmo certo é complexa. O presidente Lula atribui ao

"tinhoso" que preside o BCB a teimosia em manter os juros aonde estão. Perdeu outra chance de ficar calado, porque as taxas virão abaixo com cautela porque as condições inflacionárias, em parte criadas pela política monetária, o permitem. Além disso, a sensatez do governo na questão das metas de **inflação** e da **reforma tributária**, criaram enorme torcida pela queda dos juros - em direção à ancoragem das expectativas. Com vigilância e contenção nos gastos públicos, o governo pode consolidar a tendência.

**Notícias Relacionadas:**

VALOR ONLINE

Deflação de junho torna iminente a queda dos juros

**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187600?page=1  
&section=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187600?page=1&section=1)**

# Varejo reage à isenção a marketplaces

**Adriana Mattos**

As varejistas brasileiras elevaram o tom contra as plataformas estrangeiras nos últimos dias, e também passaram a cobrar, de forma oficial, ações mais duras de órgãos do governo frente ao risco de novas invasões de produtos asiáticos no país, após a decisão de isentar os marketplaces do imposto de importação.

Dois ofícios sobre o tema foram encaminhados na segunda-feira, pelo Instituto para o Desenvolvimento do Varejo (IDV), aos Correios e à Senacon, secretaria ligada ao Ministério da Justiça, apurou o Valor.

Trata-se de uma reação após inesperada portaria do governo que determinou isenção do imposto de 60% em remessas de até US\$ 50, caso as plataformas atendam a condições de um programa de conformidade. O Valor apurou que a isenção foi defendida pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A medida caiu mal entre empresários do varejo como Luiza Trajano (Magazine Luiza), Flávio Rocha (Riachuelo), José Galló (Renner) e Sergio Zimerman (Petz), todos membros do IDV, dizem fontes. A portaria também foi duramente criticada pela indústria têxtil.

Empresários vêm dizendo que a isenção do imposto de importação fere a isonomia tributária, vai afetar empregos e fechar lojas. O IDV publicou nesta terça-feira um **comunicado** que cita essas questões.

Membros do IDV poderiam acionar o vice-presidente, Geraldo Alckmin, mais próximo ao setor, na tentativa de melhorar o diálogo junto a parte do governo.

São quase 900 mil empregos gerados pelos 71 associados do IDV, e receita bruta total de pouco mais de R\$ 500 bilhões.

O assunto foi parar em relatórios de analistas de bancos internacionais nesta semana. "Com base em nossas conversas com varejistas e associações varejistas, a resposta do setor não tem precedentes.

Praticamente todos os varejistas estão pressionando o governo para reverter a decisão", escreveu a equipe do Citi, liderada por João Pedro Soares.

O mercado já penaliza papéis de redes que podem ser mais duramente atingidas pela medida, com

investidores perdendo dinheiro.

Em dois dias, analistas do Bank of America (BofA) e do Citi destacaram os efeitos negativos da isenção em seus relatórios, especialmente para as redes de vestuário, em disputa por mercado com a Shein.

Papéis de C A, Renner, Riachuelo e Magazine Luiza caíram entre 3% e 8% nesta semana. Desde o dia 30 de junho, quando o Ministério da Fazenda informou sobre a portaria, Magazine Luiza e Renner perderam valor. Ainda há impacto da **reforma tributária** - parte dela não é bem avaliada pelo setor.

Na segunda-feira, o BofA rebaixou Mercado Livre, Magazine Luiza e Multilaser para "manutenção" do papel e cortou em 70% o preço alvo da Marisa. "Veremos uma pressão competitiva contínua para os players de fast fashion, especialmente Renner e C A. Isso porque a principal plataforma estrangeira - ou seja, a plataforma de moda Shein - vem conquistando imenso reconhecimento nos últimos dois anos", escreveu o Citi.

A portaria de 30 de junho isentará, a partir de agosto, mercadorias importadas de até US\$ 50

(quase R\$ 250) do imposto de importação de 60% para as empresas que se adequarem a um novo programa de conformidade, o "Remessa Conforme". Esse programa determina um conjunto de normas a serem seguidas - como envio de dados das remessas antecipadamente aos Correios - pelas empresas estrangeiras.

O governo diz que a ideia é usar essas informações para identificar os fraudadores, melhorar controles e apertar a fiscalização. E o Ministério da Fazenda já se posicionou esclarecendo que haverá uma alíquota intermediária, no lugar da taxa de 60%, e está aberto a ouvir propostas. Ainda defendeu a adoção da isenção como forma de motivar as plataformas a aderirem ao "Remessa Conforme". O governo preferiu não obrigá-las a aderir.

O Valor já noticiou que está previsto um encontro nesta semana, entre o ministro Fernando Haddad e representantes do varejo, para debater possíveis sugestões de alíquotas, a serem apresentadas pelo IDV.

As plataformas, por sua vez, defendem a isenção como forma de incentivar sua adesão ao programa, já

que acreditam que há investimentos a serem feitos para entrar no "Remessa Conforme".

Uma fonte de uma plataforma estrangeira entende que varejistas brasileiras, por conta do Custo Brasil, têm dificuldade de competir com grupos estrangeiros, mas o "jogo da competição global", disse ele, vai obrigar o setor a se mexer mais rapidamente para rever o peso da tributação. Na reforma tributária aprovada na semana passada na Câmara o setor ficou fora do tratamento diferenciado para cobrança do IVA.

O Valor apurou que, no ofício do IDV enviado aos Correios, o instituto afirma que cabe à estatal a adoção de mecanismos eficazes de prevenção de importações de remessas fraudadas ou ilícitas, e de ação de fiscalização mais efetiva sobre as remessas quando há indícios de fraude fiscal.

Ainda questiona a estatal a respeito das medidas que ela adotará para garantir que as informações sobre as remessas sejam verdadeiras.

Consultores e analistas entendem que os Correios precisariam receber mais investimentos em tecnologia para dar conta do aumento na fiscalização.

Segundo fontes, o IDV pediu aos Correios, com base na lei de acesso à informação, que, em até 20 dias, sejam informados dados sobre operações de importação ("cross border") nos últimos cinco anos.

Ainda pede informações de eventuais estudos do impacto à estatal da portaria que determina a isenção e do "Remessa Conforme", e também cópias de contratos de logística da estatal com a empresa de transportes do Alibaba (os Correios tem um contrato com a companhia chinesa há anos) e com outras empresas de logística vinculadas à Shein e Shopee.

O Valor apurou que essa pode ser uma forma de entender melhor dados do contrato com o Alibaba, e eventual existência de conflito de interesses na estatal, já que a entrada de produtos de parceiros vem aumentando a receita anual dos Correios.

Em relação à Senacon, fontes dizem que o ofício encaminhado afirma que a secretaria tem papel importante para garantir proteção de consumidores que podem ser lesados pela compra de produtos piratas ou falsificados, e cabe à secretaria, segundo lei federal, solicitar instalação à Polícia Judiciária, de inquérito policial na hipótese de delitos contra consumidores.

Também pede, utilizando a lei de acesso à informação, que seja informado, ao IDV, sobre a existência de procedimentos administrativos contra as

plataformas. E se há alguma atuação conjunta com a **Receita Federal** para impedir a entrada de remessas irregulares. Se nada foi implementado até agora, pede que sejam abertos procedimentos para investigação.

Segundo três fontes ouvidas pela reportagem nos últimos dias, o presidente Lula apoiou a isenção.

Haddad foi contra, mas foi vencido nessa discussão. E decidiu-se atrelar a isenção dos 60% ao "Remessa Conforme". A ideia de isenção ainda teve apoio da primeira-dama Janja e de Gleisi Hoffmann, presidente do PT, dizem as fontes.

No dia anterior à publicação da portaria da isenção, a Shein e a Coteminas anunciaram, no Palácio do Planalto, mais detalhes de um acordo de produção no Brasil. Josué Gomes, CEO da Coteminas, esteve com Lula antes do anúncio num encontro do Planalto, dizem fontes. Gomes é filho do ex-vice presidente José Alencar, que esteve na chapa de Lula de 2003 a 2011.

A proposta de isenção não vinha sendo discutida em reuniões que trataram o tema do programa "Remessa" ocorridas em junho, entre o IDV, Lula e Haddad nas semanas anteriores ao anúncio.

Em nota oficial publicada nesta terça-feira, o IDV disse que a decisão do governo de isentar as plataformas causa um "estranhamento", já que o governo não deveria abrir mão de receita neste momento de busca de equilíbrio fiscal.

E afirma que está acionando a Senacon e os Correios e, se necessário, acionará outras entidades para exigir que "todas as obrigações do processo de importação sejam cumpridas".

Ainda na nota, o instituto diz que, com a isenção dos 60%, as empresas estrangeiras passam a ser tributadas apenas pelo ICMS, de 17%, enquanto as varejistas brasileiras continuarão sujeitas a uma carga fiscal de varia de 80% a 130% da produção à distribuição.

Caso a ideia de uma alíquota intermediária não avance na Fazenda, e fique zerada de forma definitiva, o IDV entende "é essencial que a indústria e o comércio brasileiros sejam tratados com igualdade", e os benefícios fiscais concedidos às plataformas teriam que ser aplicados também internamente.

Cerca R\$ 70 bilhões em **tributos** deixaram de ser arrecadados ao ano, com o não pagamento de imposto de importação, segundo informação prestada em junho pelo vice-presidente da República, Geraldo Alckmin.

"Não mediremos esforços na defesa da igualdade concorrencial, do emprego e do recolhimento de **impostos**, o que, estranhamente, o governo deveria estar fazendo, e não abrindo mão de receita. Estima-se que o que deixou de ser recolhido aos cofres brasileiros nos últimos cinco anos gire em torno de R\$ 137,7 bilhões", disse o IDV.

Procurados, Correios e Senacon não se manifestaram. A secretaria da Presidência também não comentou as informações apuradas até o fechamento da edição. As empresas Shopee e Shein não comentaram.

Os empresários do setor, ligados ao IDV, não se manifestam sobre as ações da entidade pois é o instituto que se pronuncia oficialmente

\*

Uma nova reunião entre o ministro da Fazenda e membros do IDV está prevista para esta semana.

**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187600?page=1  
&section=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187600?page=1&section=1)**

# Costa Neto: Lula é muito mais fácil de lidar que Bolsonaro

**Bernardo Estillac- EM**

O presidente nacional do Partido Liberal (PL), Valdemar Costa Neto, recordou conversa com Luiz Inácio Lula da Silva (PT) antes das eleições de 2022 e classificou o petista como figura "muito mais fácil" de lidar do que o ex-presidente e seu correligionário, Jair Bolsonaro (PL). Em entrevista à GloboNews, o líder partidário fez elogios a membros do atual governo federal.

Costa Neto elogiou os dois primeiros mandatos de Lula, nos quais ele e seu partido integraram a base governista. Para o presidente do PL, o petista adota um comportamento diferente na atual gestão, o que Valdemar avalia como um efeito da prisão entre 2018 e 2019.

"Lula você estava preso, nós fechamos com Bolsonaro e estamos apoiando o governo dele. Ele não entrou no nosso partido, mas pode entrar. Veja bem, você estava preso. Eu sabia que um dia você ia ser solto, mas que um dia ia ser candidato a presidente, Lula, nem você nem a Gleisi (Hoffmann, presidente do PT) sabiam. Então, quer dizer, estamos adiantados na conversa com Bolsonaro. Expliquei para ele e ele entendeu. Sempre me dei bem com ele", disse ao relembrar conversa com o petista antes da filiação de Bolsonaro ao PL.

Logo após a fala, ao ser questionado se Lula é mais fácil de lidar que Bolsonaro, Costa Neto respondeu: "Muito mais. Não tem comparação". Na sequência, ele caracterizou o ex-presidente Bolsonaro como "diferente" e disse que ele tinha um comportamento arredo em seu período como deputado federal.

Valdemar Costa Neto ainda fez elogios ao ministro de Relações Institucionais de Lula, Alexandre Padilha (PT), a quem classificou como "craque" e "um cara brilhante". Sobre o ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), o presidente do PL disse ser "um camarada preparado".

A entrevista do presidente do PL acontece em meio à crise no partido motivada por cisão na votação da **reforma tributária** na Câmara dos Deputados na semana passada. Sob orientação da legenda e do ex-presidente Jair Bolsonaro para ir contra a reforma, 20 parlamentares votaram junto da bancada governista.

Nos bastidores, até briga em grupos de WhatsApp movimentaram os últimos dias no PL.

Notícias pelo celular

Receba direto no celular as notícias mais recentes publicadas pelo Correio Braziliense . É de graça. Clique aqui e participe da comunidade do Correio , uma das inovações lançadas pelo WhatsApp .

Dê a sua opinião

O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores. As mensagens devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome, endereço e telefone para o e-mail [sredat.df@dabr.com.br](mailto:sredat.df@dabr.com.br).

**Site:**

<http://www.correiobraziliense.com.br/politica/2023/07/5108449-costa-neto-lula-e-muito-mais-facil-de-lidar-que-bolsonaro.html>

# Governo vai agir para evitar efeito pingue-pongue na reforma tributária

*Por Gerson Camarotti*

Preocupado com as várias possíveis modificações na **reforma tributária** no Senado, o Palácio do Planalto quer atuar para evitar o chamado efeito pingue-pongue na tramitação do texto.

Para conseguir concluir a votação ainda este ano, articuladores políticos do governo avaliam que todas as modificações feitas pelo Senado terão que ser negociadas previamente com a Câmara dos Deputados.

Isso porque, caso contrário, o que for aprovado no Senado pode ser derrubado novamente na Câmara, sem a promulgação do texto.

A **reforma tributária** tramita em uma proposta de emenda à Constituição (PEC). O regimento prevê que, para ela ser promulgada, Câmara e Senado precisam concordar com a mesma versão.

O texto pode ir e voltar entre as duas Casas quantas vezes for necessário - o que não acontece com projetos de lei ordinária, por exemplo.

A expectativa no governo é de que o relator da matéria, senador Eduardo Braga (MDB-AM), tenha esse cuidado. Há previsão de que ele se reúna ainda nesta quarta com o relator do texto na Câmara, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB).

Braga é apontado como um político experiente, habilidoso, além de liderar um partido que integra o governo com três ministérios.

Isso dá uma tranquilidade ao Planalto, de que as negociações serão feitas de modo a evitar confronto entre Câmara e Senado.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, falou em tornar o texto mais redondo, mais leve, sem tantas exceções - com a ideia apenas de suprimir trechos, o que não devolveria o texto à Câmara.

O relator no Senado, no entanto, já sinalizou modificações que vão além disso. Por exemplo, o estabelecimento de um limite para a definição de **tributos** estaduais em itens como óleo, gás e energia.

**Site: <https://g1.globo.com/politica/blog/geron-camarotti/post/2023/07/12/governo-vai-agir-para-evitar-efeito-pingue-pongue-na-reforma-tributaria.ghtml>**

# Os primeiros sinais positivos de Eduardo Braga como relator da reforma tributária no Senado

*Por Míriam Leitão*

Há algumas razões para a escolha do nome de Eduardo Braga, senador pelo Amazonas, como relator da reforma tributária no Senado.

Como antecipado por esta colunista, é um nome que teve consenso e é apoiado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Ambos já trabalharam juntos e se conhecem desde a época em que Eduardo Braga era ministro e Fernando Haddad era prefeito de São Paulo, e sempre se entenderam.

Portanto, há uma pacificação em torno desse nome, uma sensação que deve trabalhar para melhorar a reforma.

A boa notícia que Braga já deu é que não haverá fatiamento da PEC, já que esta é uma reforma sistêmica, em que você não pode separar partes do texto.

A emenda de última hora que permite aos estados criarem um novo imposto precisa ser revista, e o relator sabe disso. Ontem, Braga afirmou que esse ponto foi adicionado de última hora no texto por muita pressão dos governadores que tem fundos estaduais.

Deixou claro que é preciso encontrar uma nova solução pra esse problema.

Um ponto de preocupação é o fato de que tudo se encaminha para o relatório ser entregue entre setembro e outubro.

Na semana que vem começa o recesso, e acredito que esse passo poderia ser apressado. O ideal seria a PEC ser aprovada pela casa em outubro, para ir à sanção e se cuidar de outros temas.

**Site:** <https://oglobo.globo.com/blogs/miriam-leitao/post/2023/07/os-primeiros-sinais-positivos-de-eduardo-braga-como-relator-da-reforma-tributaria-no-senado.ghtml>

# Mercado financeiro muda, passa a apoiar Haddad e 100% apostam em queda de juros, diz pesquisa Genial/Quaest

Por *Míriam Leitão*

O mercado financeiro passou por uma mudança radical na avaliação do governo, da política econômica, mas sobretudo sobre o desempenho do ministro Haddad. Uma pesquisa da Genial/Quaest, divulgada nesta manhã de quarta, mostra que 65% dos entrevistados do setor financeiro acham positivo o trabalho do ministro da Fazenda. Eram 26% em maio e 10% em março. Agora, só 11% avaliam Haddad negativamente.

O levantamento foi feito pela Genial/Quaest com 94 gestores, economistas, analistas e tomadores de decisão do mercado financeiro de fundos de investimento com sede no Rio de Janeiro e São Paulo entre os dias 6 e 10 de julho.

Essa pesquisa já foi feita três vezes este ano. No começo, a avaliação do governo era horrorosa. Em março, 90% avaliavam negativamente o governo Lula e nenhum, zero mesmo, avaliava positivamente. Agora o negativo caiu para 44%, o positivo subiu para 20% e 36% acham que é regular.

A opinião sobre a política econômica também mudou: se em março 98% achavam que estava indo na direção errada, agora são 53%. Os que achavam que estava no rumo certo eram apenas 2% na primeira pesquisa. Agora são 47%.

Questionados quais a expectativa em relação à economia nos próximos 12 meses, os representantes do mercado se mostram otimistas pela primeira vez nas três pesquisas realizadas pela Quaest. No primeiro levantamento, 78% achavam que ia piorar, agora são 21%. Já os que acham que vai melhorar passaram de 6% em março para 53% em julho.

A decisão de manter a meta de **inflação**, tomada pelo Conselho Monetário tem amplo apoio: 94% concordaram com a decisão de manter e 81% consideram positiva a adoção da meta-contínua.

O Banco Central e Roberto Campos Neto mantêm a boa avaliação que sempre tiveram do mercado, com algumas mudanças interessantes. A última decisão do

Copom de manter a Selic a 13,75% foi a decisão certa para 87% foi certa. Mas em março era apoiada por 95%. Agora 13% acham que foi errada e em março, apenas 5% discordavam do BC.

A maioria (55%) avaliou que o tom da ata após a reunião do Copom foi otimista, 37% acham que foi neutro e só 10% acham que foi pessimista. Isso significa que a maioria espera que haja queda da Selic, já que avaliam que o tom foi otimista. Boa é a resposta à pergunta: "Você acredita que a taxa Selic cairá ainda este ano?" A resposta é 100% acham que sim. E mais: 92% acham que cai agora na próxima reunião, nos dias 1 e 2 de agosto.

No levantamento, 86% avaliam a atuação de Roberto Campos Neto como positiva este ano, e 7% acham negativa. No entanto, se dizem preocupados com a futura indicação do presidente Lula à presidência do BC: 71% se dizem muito preocupados e 27% pouco preocupados. Gabriel Galípolo, que toma posse nesta quarta-feira como diretor de Política Monetária do Banco Central, é apontado como possível candidato ao cargo de Campos Neto após o fim do seu mandato, em dezembro de 2024.

A pesquisa perguntou ainda sobre **reforma tributária**, aprovada recentemente na Câmara Federal e agora analisada no Senado. Para 66% dos entrevistados, a reforma vai aumentar o bem estar da população, enquanto isto, 34% creem que vai diminuir. Após todo processo de aprovação da reforma, 54% opinam que a taxa de juros vai diminuir e 45% acham que vai ficar igual. A maioria concorda que o maior impacto da **reforma tributária** será a diminuição da guerra fiscal entre os estados.

As eleições também foram tema da pesquisa e, pelo visto, o mercado acredita que polarização vai continuar. O questionário perguntou aos agentes do mercado financeiro se, em 2026, haverá algum candidato viável que não seja ligado nem a Lula nem a Bolsonaro: 57% acreditam que não e 43% que sim, patamar parecido com a pesquisa de maio. E 74% consideram que Bolsonaro deveria apoiar Tarcísio.

Para finalizar, os líderes políticos foram avaliados. O

presidente Lula, o presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, e o ex-presidente Bolsonaro, e o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, foram os nomes em que os entrevistados confiam pouco/nada.

Por outro lado, Roberto Campos Neto, Tarcísio de Freitas , Romeu Zuma e Fernando Haddad foram apontados como os nomes em que os agentes do mercado confiam muito.

(Com Ana Carolina Diniz)

**Site: <https://oglobo.globo.com/blogs/miriam-leitao/post/2023/07/mercado-financieiro-muda-passa-a-apoiar-haddad-e-100percent-apostam-em-queda-de-juros-diz-pesquisa-genialquaest.ghtml>**

# Com Reforma Tributária, plano de saúde e mensalidade escolar vão aumentar?

## Especialistas respondem

Por Ana Flávia Pilar - Rio de Janeiro

A **Reforma Tributária**, aprovada na Câmara dos Deputados na semana passada, prevê que empresas dos setores de saúde e educação pagarão apenas 40% da alíquota padrão da CBS e do IBS, os **impostos** que vão unificar os cinco atuais que incidem sobre o consumo de bens e serviços. Com isso, muita gente já se pergunta: planos de saúde e escolas privadas vão ficar mais baratos?

Como a reforma ainda não tem um desenho final aprovado no Senado e não há definição sobre qual será a alíquota dos novos **impostos**, especialistas dizem que ainda não é possível ter essa resposta, mas é possível apontar algumas tendências que poderão, no futuro, fazer diferença no orçamento das famílias.

Atualmente, de forma geral, educação e saúde têm uma tributação da ordem de 6% a 9%, considerando que a maioria das suas receitas são sujeitas ao pagamento de PIS/Cofins, entre 3,65% e 9,2%, e de ISS, que pode variar entre 2% e 5%.

Ao mesmo tempo, muitas empresas desses setores estão no Simples (empresas que faturam até R\$ 4,8 milhões ao ano), regime que permite uma carga tributária menor.

Com a reforma, tanto bens quanto serviços passam a pagar apenas um imposto sobre valor agregado (IVA), que no Brasil terá duas versões: a federal Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o estadual e municipal Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). O texto aprovado pela Câmara não exemplifica em maiores detalhes quais serviços de educação e saúde seriam contemplados pela redução da alíquota do IVA, o que pode indicar que não haverá distinções.

Bruno Santos, advogado especialista da área tributária e sócio do Finocchio Ustra Advogados, diz que os setores mais impactados pela reforma são o ensino superior privado e as escolas de ensino médio e fundamental, que hoje já contam com alíquotas reduzidas para alguns **tributos**.

Ele usa como referência uma pesquisa de 2019 do

Ipea, que identificou uma alíquota de 26,9% como o patamar neutro (sem provocar aumento da carga tributária) para um IVA no Brasil.

- Se considerarmos a redução de 60% da alíquota prevista na reforma, os setores seriam tributados com algo entre 8% e 11%, com maior probabilidade de ser 11%, já que a tendência seria por uma alíquota de IVA mais próxima do estudo do Ipea - disse.

Mas dois mecanismos podem aliviar o impacto nos preços. O primeiro é a possibilidade de ser criado um **cashback**, que devolve parte dos **tributos** embutidos nos preços aos consumidores de baixa renda. O problema é que a reforma ainda não detalhou como deve funcionar esse instrumento.

Outra possibilidade, segundo o tributarista Marcel Alcades, sócio da Mattos Filhos, é a concessão de créditos tributários ao longo da cadeia produtiva para não haver incidência em cascata, ou seja, imposto cobrado sobre imposto.

- Por mais que haja uma tributação 40% da normal, será possível abater crédito de muita coisa. Atualmente, por exemplo, as escolas não tomam crédito da energia que usam. Então, por mais que possa haver um aumento real da alíquota nominal, a alíquota efetiva diminui por causa dos créditos - explicou.

Para Santos, os serviços tenderão a ter seus preços aumentados pelo IVA, com repasses aos consumidores, mas isso será um processo que deve evoluir ao longo do tempo. Ele acredita que os preços serão recalibrados pelos mercados até o ponto de outros fatores, como crescimento da renda, compensarem efeitos transitórios.

Já o sócio conselheiro do escritório Sacha Calmon Misabel Derzi, Tiago Conde Teixeira, estima que o impacto ao consumidor será bem alto, considerando estimativas dos próprios setores. O especialista prevê uma redução significativa na demanda de serviços privados com o aumento nos preços, o que deve levar os consumidores ao setor público.

O setor de educação não conta com nenhuma agência reguladora a nível federal, ao contrário do que acontece com os planos de saúde. A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) é responsável, por exemplo, por estipular eventuais aumentos de preços aos consumidores.

Como a reforma não apresenta nenhuma base para eventuais aumentos de carga tributária, ficaria a cargo da ANS regulamentar o que os planos devem fazer se os custos subirem excessivamente: reduzir margens de lucro ou ampliar os preços. Quanto à educação, essa seria uma função das próprias instituições.

**Site:**

**<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/07/12/com-reforma-tributaria-plano-de-saude-e-mensalidade-escolar-va-aumentar-especialistas-respondem.ghtml>**

# Simplex ou MEI: como a Reforma Tributária mexe com a vida dos pequenos empreendedores?

Por Ivan Martínez-Vargas - São Paulo

A **Reforma Tributária** aprovada pela Câmara dos Deputados propõe manter os regimes de tributação para microempreendedores individuais (MEIs) e também para optantes do Simples Nacional. Juntas, as categorias formam a maioria das pessoas jurídicas do Brasil. No caso do Simples, no entanto, há mudanças nos créditos tributários gerados quando uma empresa desse regime tributário fornece bens ou serviços a outra que não está no Simples.

De maneira geral, a **Reforma Tributária** vai substituir cinco **tributos** do atual sistema (os federais PIS, Cofins e IPI, o estadual ICMS e o municipal ISS). No lugar, serão implementados dois novos **impostos**: a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS), federal; e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), cuja arrecadação ficará com estados e municípios. Ambos compõem o chamado IVA dual e são cobrados apenas no destino das mercadorias e serviços.

Além disso, são desenhados para gerar créditos tributários com o objetivo de zerar o imposto nas cadeias produtivas, ou seja, para que apenas o consumidor pague o tributo e as cobranças feitas na produção e na distribuição sejam neutralizadas.

O Simples é o regime tributário destinado a pessoas jurídicas com receita bruta anual até R\$ 4,8 milhões. Reúne em uma alíquota única o pagamento de oito **impostos** (IRPJ, CSLL, PIS/Pasep, Cofins, IPI, ICMS, ISS e a contribuição previdenciária) e tem seis faixas distintas, com alíquotas que variam de 4,5% a 30%. Já os microempreendedores individuais têm faturamento anual de até R\$ 81 mil.

Se o texto da **Reforma Tributária** for aprovado pelo Senado tal como está, a mudança mais relevante vai se dar para o Simples. As empresas dessa modalidade poderão continuar pagando as alíquotas únicas e simplificadas, mas terão também a opção de pagar as alíquotas-padrão de IBS e CBS, que não foram estipuladas e ainda serão definidas em lei complementar.

As empresas que fizerem essa opção vão tirar os dois

novos **tributos** da cesta do Simples. A diferença entre as duas possibilidades, de acordo com o Ministério da Fazenda e com especialistas, é o impacto nos créditos tributários.

Fernando Facury Scaff, professor da Faculdade de Direito da USP, explica que hoje já existe a possibilidade de créditos tributários gerados por empresas do Simples, especialmente no âmbito federal. Dos 10% de alíquota única pagos por uma empresa desse regime, por exemplo, 11,51% são referentes à Cofins e 2,49% ao PIS.

- Quem não adere ao Simples hoje, mas compra de quem está no Simples, pode ter créditos plenos de **impostos** federais como PIS e Cofins. Ou seja, a empresa que fornece paga uma alíquota menor, mas gera o crédito cheio (para seu cliente). É uma distorção no sistema que tem a finalidade concorrencial de não prejudicar empresas do Simples - explica Scaff, acrescentando que esses créditos podem ser usado para abater o recolhimento de **impostos**.

Pelo texto da reforma, quem optar por recolher o IBS no âmbito do Simples, ou seja, na alíquota única que já existe hoje, não pode receber créditos e "transfere como crédito apenas o que for recolhido no Simples", segundo o Ministério da Fazenda. Nessa modalidade, portanto, o crédito deixaria de ser pleno e passaria a ser proporcional.

- Após a reforma, quem se mantiver pagando os **tributos** dentro do Simples, só vai transferir créditos proporcionais para outras empresas, sendo que hoje transfere os créditos de PIS e Cofins como se o pagamento fosse pela alíquota cheia. Na nossa visão, vai deixar de ser interessante comprar de micro e pequenas empresas nesse regime - afirma Sandra Manata, economista da Fecomercio SP. A entidade critica o texto.

A segunda opção das empresas do Simples é deixar de recolher IBS e CBS na cesta de **tributos** e fazer o pagamento desses **tributos** pela alíquota-padrão, que ainda não foi definida.

Se optar por recolher o IBS fora do Simples, a empresa se credita normalmente e também transfere como crédito o IBS recolhido, segundo o Ministério da Fazenda.

A situação das empresas enquadradas no Simples vai melhorar, pois elas poderão optar pelo recolhimento do IBS pelo regime normal, mantido o Simples para os demais **tributos**. Neste caso, poderão transferir créditos no montante cobrado a título de IBS e CBS diz a pasta, em nota ao GLOBO.

Para o tributarista Eurico de Santi, professor da FGV Direito e membro da think thank Centro de Cidadania Fiscal, essa opção pode ser vantajosa para muitos contribuintes.

- A avaliação deve ser no caso a caso. Uma empresa optante do Simples que optar por pagar o IBS por fora vai poder abater créditos de tudo o que ela compra de insumos, por exemplo - explica ele.

De Santi participou do grupo de técnicos que elaborou a primeira versão da PEC 45, que deu origem ao texto da **Reforma Tributária** aprovado pela Câmara.

- Pode ser que, em alguns casos, seja interessante para uma determinada empresa optante pelo Simples pagar o IBS com a alíquota cheia porque o cliente dela quer ter créditos tributários, por exemplo. Vai ser uma questão de mercado - diz Eduardo Maneira, tributarista e professor da UFRJ.

Para Sandra Manata, essa opção de recolher IBS e CBS por fora do Simples vai significar recolher mais imposto do que hoje e ter mais obrigações acessórias .

Pelo desenho do tributo, o novo imposto será não cumulativo, isto é, os contribuintes descontarão os valores já pagos ao longo da cadeia e só vão recolher o imposto relativo ao valor agregado na sua etapa do processo, explica de Santi. A governança do imposto será feita pelo Conselho Federativo, com a participação dos estados e municípios.

- Quem paga a carga tributária é o contribuinte final, quem exerce atividade econômica e está inscrito no IBS não paga o imposto - afirma Eurico de Santi, acrescentando que as etapas da cadeia produtiva recolhem o imposto e geram crédito.

Numa simulação da cadeia da produção à venda de um par de sapatos, por exemplo, o imposto funcionaria da seguinte maneira, considerando uma alíquota-padrão de 25% (cifra avendada pela área econômica do governo):

**Site:**

[https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/07/12/simples-ou-mei-como-a-reforma-tributaria-mexe-com-a-vida-dos-pequenos-empresenedores.ghtml](https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/07/12/simples-ou-mei-como-a-reforma-tributaria-mexe-com-a-vida-dos-pequenos-empresendedores.ghtml)

# Governo mapeia dificuldades e escala Tebet para aprovar reforma tributária no Senado

**Guilherme Mazieiro**

O governo Lula (PT) traçou a rota que pretende seguir para aprovar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da **reforma tributária** no Senado e promulgar o texto até o fim do ano. Uma das preocupações é manter a aprovação da maior parte do texto de forma única, sem fatiamento. Para avançar na discussão no Senado, o governo vai contar com o bom trânsito da ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, que até janeiro era senadora e já se debruçava sobre as propostas de reforma durante seu mandato.

A percepção é de que haverá mais trabalho para superar a pressão dos lobbies que representam grupos de interesse do que governadores e prefeitos (que inicialmente apresentaram grande resistência ao texto na Câmara). Durante a tramitação na Câmara, os setores de comércio e serviços foram os mais críticos ao texto, pois temem aumento de carga tributária.

A discussão sobre o fatiamento começou a ser vencida ontem, durante reunião com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). O presidente do Senado se reuniu com os ministros da Fazenda, Fernando Haddad, do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, e da Secretaria de Relações Institucionais (SRI), Alexandre Padilha. No encontro, foi dito categoricamente a ele que o fatiamento tira a essência da reforma e cria dificuldades para o governo reunir votos para cada tema que for destacado.

Após o encontro com ministros de Lula, Pacheco defendeu publicamente a aprovação integral do texto, sem fatiamento.

A ideia de dividir a discussão e a votação da proposta tinha sido lançada pelo líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), em entrevista à GloboNews. Essa análise, no entanto, é oposta à da equipe econômica, que vê o fatiamento como um ativo para a oposição, porque enfraquece o conjunto de alterações tributárias e descaracteriza a reforma. Segundo fontes da equipe econômica, após defender o fatiamento, o senador conversou com os ministros para alinhar a nova posição pela tramitação única.

O recado dos ministros de Lula é de que a pauta é prioritária para o governo, mas não haverá pressão para uma aprovação à jato e nenhuma discussão será

"interditada". Há o entendimento de que o Senado é a Casa revisora e terá seu tempo para amadurecer, entender as propostas e tirar dúvidas ou fazer sugestões. Pacheco estima que a reforma será aprovada "nos próximos meses".

Após a reunião com os ministros, Pacheco anunciou que o relator da proposta será o líder do MDB no Senado, Eduardo Braga (AM). A escolha aliviou a equipe econômica, porque além de ser do mesmo partido de Tebet, Braga tem boa relação com Haddad, foi ministro de Minas e Energia e líder de governo na gestão Dilma Rousseff (PT).

Com bom trânsito entre as diferentes bancadas no Senado, Braga não deve enfrentar resistência na oposição. O grupo que não foi obstáculo para aprovação na Câmara, deve ter uma postura ainda mais tímida no Senado. O líder da oposição, Rogério Marinho (PL-RN), tem o entendimento de que a reforma é "de Estado" e não um projeto do governo, segundo disse o presidente do PL, Valdemar da Costa Neto, em entrevista à GloboNews, nesta terça, 11.

O senador tem interesse em discutir a pauta e aprovou nesta terça, na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, dois pedidos de informação pedindo informação a Haddad e Tebet acerca das alíquotas médias da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), propostos na reforma, e das possibilidades de aumento de carga tributária.

Para PEC ser aprovada no Senado serão necessário ao menos 49 dos 81 votos, em dois turnos.

**Site:** <https://www.terra.com.br/noticias/guilherme-mazieiro/governo-mapeia-dificuldades-e-escala-tebet-para-aprovar-reforma-tributaria-no-senado,5014cea3d627f2d3481e2af88ed5a232npt1qzlk.html>

# Fatores externos e internos ajudam a melhorar ambiente econômico no Brasil, dizem especialistas

Arcabouço fiscal e a **reforma tributária** avançando no Congresso, **inflação** em queda e redução de juros, ao que tudo indica, a caminho. A impressão é de que o cenário ruim previsto para 2023 e mesmo para o ano que vem, de crescimento inexpressivo do **PIB**, juros altos e moeda desvalorizada, parece se esvaír mais rapidamente do se imaginava. A RFI ouviu três especialistas para entender se a melhora é para valer e saber das expectativas futuras.

Raquel Miura, correspondente da RFI em Brasília

A despeito de uma sociedade ainda polarizada e de um jogo político pesado, com torneira aberta para abastecer emendas parlamentares e cargos, a sensação é de que na economia - maior gargalo eleitoral de um governo - o ambiente parece consideravelmente menos tenso, com melhora nas projeções e no humor de investidores e autoridades.

Um dos termômetros econômicos vem do mercado, medido por meio de uma pesquisa do Banco Central. A expectativa era de um **PIB** de 0,5% este ano, **inflação** próxima de 6%, juros em patamares bem altos por muito tempo, dólar em alta e ritmo econômico muito frágil. Soma-se a isso aquela PEC da transição que aumentou substancialmente a previsão de déficit primário. Todo esse contexto projetava um cenário muito negativo. Mas esse quadro mudou, afirma à RFI o economista Murilo Viana, especialista em contas públicas.

Viana cita como um dos fatores que puxaram os dados a dinâmica do agronegócio e das exportações, que se refletiu no câmbio e nos preços internos. O crescimento projetado para este ano, pela média de mercado, saltou para perto de 2,2%, o que não é fantástico, mas é relevante frente ao que tínhamos. A **inflação** também tem cedido. Nesta semana, o boletim Focus projetou 4,95%, disse.

A expectativa geral de entendidos e não entendidos em política monetária é de que no mês que vem o Banco Central comece a reduzir a taxa Selic, diante dos índices econômicos, graças também à chamada pauta do mercado que tem andado no Congresso Nacional. Roberto Ellery Júnior, do departamento de

economia da Universidade de Brasília, destaca que, além dos fatores externos, há louros internos a serem colhidos - do ajuste monetário à nova gestão do governo federal.

O dólar está perdendo valor em relação a várias moedas de emergentes. O Brasil não é exceção. Isso alivia preços, inclusive de alimentos, combustíveis. Mas não é só o externo não. Estão acontecendo ações importantes no país. E alguns dizem: ah, o presidente tem sorte. Não acho isso. E fique claro: não é nada político, eu nem sequer votei, eu anulei o voto. Mas a equipe anterior enviava um orçamento fictício para depois negociar crédito extraordinário. Desde a queda do teto de gastos, não tinha uma regra fiscal, que só veio no fim do governo. E agora há uma reversão disso. Houve um aumento grande de gastos, é verdade, mas, por outro lado, você tem uma recuperação da peça orçamentária como um guia do que vai ser a política fiscal. Isso é muito importante, afirmou o analista da UnB.

Roberto Ellery também cita o andamento do arcabouço fiscal, cuja votação decisiva na Câmara, depois das alterações feitas pelos senadores, está prevista para agosto, e da **reforma tributária**, que passou pelo crivo dos deputados e agora está no Senado. No arcabouço fiscal eu fiz várias críticas e muitos dizem que o foco era para ser em gasto e não em receita. Esse é o bom debate, mas o importante é que agora há uma regra fiscal na mesa. E tem a **reforma tributária**. De novo: vai ter muitas críticas, mas é um passo significativo, que se esperava há muito tempo. Ainda que você discorde do governo, ele está funcionando e isso colabora para esse cenário favorável. E tem o Banco Central, que começou cedo a fazer o ajuste da política monetária, antes de outros países.

O consultor econômico Felipe Ohana, explicou à RFI que meses de política restritiva do BC, fatores sazonais da agricultura e o preço dos combustíveis lá fora e aqui dentro refletiram no IPCA de junho, que registrou deflação de 0,08%, e pavimentam a estrada para um novo ciclo de juros no país. Eu acho que estamos começando a viver isso, um ciclo que pode ser de redução da taxa Selic, porque os preços

começam a ceder aparentemente. Certamente é um resultado favorável do movimento dos preços internacionais de combustível, da nova sistemática de preços da Petrobras, que ajudou muito, da sazonalidade dos preços agrícolas, que se implanta a partir de maio, e de toda a maturação da política monetária do Banco Central .

Ohana, que já foi subsecretário de política econômica do Ministério da Fazenda, é mais cauteloso ao falar das expectativas a partir de propostas fiscais consideradas prioridades pelo governo e pelo Legislativo. O arcabouço fiscal e a **reforma tributária** são os dois passos que o governo deu. Acho que são dois passos fracos, muito aplauso sem resultado. Calma, nós vamos ver, mas acho que vamos levar um ou dois anos para vermos .

O analista elogia pontos do projeto que simplifica o leque tributário brasileiro, como o fim da cobrança em cascata de **impostos** como o ICMS, mas acha que alguns incentivos e despesas autorizadas dificultam investimentos. E logo logo vai começar a se falar em reverter a **reforma tributária**, em reverter o arcabouço fiscal, porque de fato acho que as duas propostas, como ficaram, não asseguram o ambiente para o aumento de produtividade, investimento, geração de emprego. Se vai ter um monte de setores com alíquotas reduzidas, um marco fiscal focado na receita e não nos gastos, setores terão de ter taxas majoradas para você manter a carga tributária anterior , afirmou Ohana.

O economista Murilo Viana também considera que o principal desafio continua sendo a área fiscal, mas avalia que as votações recentes no Congresso fortaleceram o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que ainda tenha muitos desafios pela frente . Haddad iniciou o governo sob contestação, até de seu próprio partido, mas tem ganhado força e se mostrou um negociador hábil. Mas que tem muito a fazer ainda, como a conclusão da **reforma tributária**, depois a implementação das mudanças, com os fundos de apoio regional. Tem também a outra etapa da reforma, que vai focar na tributação da renda e de patrimônio, justamente para aumentar receita, mas tocando em pontos de difícil aprovação no Legislativo .

**Site: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/rfi/2023/07/12/fatores-externos-e-internos-ajudam-a-melhorar-ambiente-economico-no-brasil-dizem-especialistas.htm>**

# País tem 1ª deflação em 9 meses, com queda de alimento, carro e combustível

**Leonardo Vieceli**

Com a redução dos preços de automóveis, alimentos e combustíveis, o IPCA (índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) teve deflação (queda) de 0,08% em junho. É a primeira vez que o índice oficial de **inflação** fica negativo em nove meses, informou nesta terça (11) o IBGE.

A deflação anterior ocorreu em setembro de 2022. Na ocasião, o IPCA recuou 0,29% sob reflexo dos cortes de **tributos** promovidos pelo governo Jair Bolsonaro (PL) às vésperas das eleições.

Considerando somente os meses de junho, a queda em 2023 é a primeira e a maior desde 2017. À época, a baixa havia sido de 0,23%.

A deflação de 0,08% veio em nível próximo da mediana das projeções. Analistas consultados pela agência Bloomberg esperavam recuo de 0,10%, após o avanço de 0,23% registrado pelo IPCA em maio.

Com o novo resultado, a alta acumulada pelo índice em 12 meses desacelerou para 3,16% até junho. É a menor desde setembro de 2020 (3,14%). O avanço estava em 3,94% na divulgação anterior.

"De forma geral, são bons dados. Os indicadores mostram uma desaceleração da **inflação**", afirma o economista Luca Mercadante, da Rio Bravo Investimentos.

Ele pondera que ainda há um "ponto de preocupação grande" para o BC (Banco Central): a **inflação** de serviços.

O IPCA de serviços saiu de uma baixa de 0,06% em maio para uma alta de 0,62% em junho. O avanço foi puxado pelas passagens aéreas.

A alta acumulada por serviços em 12 meses, por outro lado, desacelerou de 6,51% em maio para 6,21% em junho.

Na visão de Mercadante, trata-se de uma **inflação** mais persistente, que reflete a demanda causada por fatores como a volta do mercado de trabalho após a pandemia.

De acordo com analistas, isso tende a dificultar cortes mais intensos por parte do BC na taxa básica de juros, a Selic, atualmente em 13,75% ao ano.

O Copom (Comitê de Política Monetária do BC) volta a se reunir nos dias 1º e 2 de agosto para definir o patamar da Selic. Analistas ouvidos pela Folha projetam uma redução de 0,25 ponto percentual na taxa na próxima reunião.

"O Copom irá iniciar o processo de corte, uma vez que os critérios que estabeleceu estão sendo cumpridos, entre eles a ancoragem das expectativas", disse o economista André Perfeito.

Dos 9 grupos de produtos e serviços, 4 mostraram queda em junho. Os destaques, segundo o IBGE, foram os recuos de alimentação e bebidas (-0,66%) e transportes (-0,41%).

Os segmentos contribuíram com -0,14 ponto percentual e -0,08 ponto percentual, respectivamente, para o índice do mês.

A queda de alimentação e bebidas está associada principalmente ao recuo dos preços da alimentação no domicílio (-1,07%). Nesse caso, destacam-se as reduções do óleo de soja (-8,96%), das frutas (-3,38%), do leite longa vida (-2,68%) e das carnes (-2,10%). Batata-inglesa (6,43%) e alho (4,39%), por outro lado, subiram.

A trégua da **inflação** dos alimentos era aguardada por economistas em razão das baixas nos preços no atacado e da oferta maior de produtos neste ano. Em 2022, a produção foi prejudicada por questões climáticas.

No grupo dos transportes, a deflação teve influência do recuo dos automóveis novos (-2,76%) e dos usados (-0,93%).

Segundo o IBGE, houve impacto de um fator pontual, o programa do governo federal para descontos em carros populares. A medida foi encerrada neste mês.

Os automóveis novos exerceram a principal contribuição, em termos individuais, para a deflação do IPCA em junho (0,09 ponto percentual).

"Essa redução nos preços está relacionada ao programa de descontos para compra de veículos novos, lançado em 6 de junho. Isso pode ter relação também com a queda dos preços dos automóveis usados", disse André Almeida, analista da pesquisa do IBGE.

De acordo com o instituto, se os automóveis novos e usados fossem retirados do cálculo do IPCA, o índice teria subido 0,03% no mês passado.

Ainda nos transportes, o IBGE destacou o recuo dos combustíveis (-1,85%). Houve queda nos preços do óleo diesel (-6,68%), do etanol (-5,11%), do gás veicular (-2,77%) e da gasolina (-1,14%). Já as passagens aéreas subiram 10,96%, após a baixa de 17,73% em maio.

O IPCA serve de referência para o regime de metas de **inflação** do BC. Em 2023, o centro da meta perseguida é de 3,25%. O intervalo de tolerância é de 1,5 ponto percentual para mais (4,75%) ou para menos (1,75%).

Na segunda (10), a mediana do boletim Focus, divulgado pelo BC, apontou que analistas projetavam IPCA de 4,95% no acumulado até dezembro.

Isso quer dizer que as estimativas ainda indicavam uma variação acima do teto da meta em 2023. Parte dos analistas, porém, não descarta IPCA dentro do intervalo de referência, algo fora do radar até pouco tempo atrás.

A corretora Warren Rena, por exemplo, estima **inflação** de 4,75% no acumulado deste ano, em linha com o teto.

Mesmo assim, Andréa Ângelo, economista da instituição, alertou para questões como os preços dos serviços, que mostraram "desempenho pior do que o esperado" em junho.

Em julho, o IPCA deve ser pressionado pelo retorno da cobrança integral de **tributos** federais sobre combustíveis. Na semana passada, o litro da gasolina teve alta de 5,8% nos postos, segundo a AN P (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis).

O impacto das deflações registradas no segundo semestre de 2022 também deve sair da base de cálculo do IPCA no acumulado de 12 meses até o final de 2023. Isso deve contribuir para uma variação maior até dezembro do que a atual, de acordo com analistas.

Às vésperas das eleições do ano passado, os preços de produtos e serviços como gasolina e energia foram

reduzidos pelo corte de **tributos** promovido pelo governo Bolsonaro.

Na visão do C6 Bank, a **inflação** em 12 meses atingiu seu patamar mínimo em junho e voltará a acelerar a partir de julho, quando tende a ficar acima de 4% novamente.

"Um dos motivos que corroboram nossa projeção é a saída do cálculo das deflações registradas no IPCA no ano passado em razão dos efeitos da desoneração de **impostos**", disse Claudia Moreno, economista do C6 Bank, em relatório.

"Ou seja, sairão da conta as deflações de julho, agosto e setembro de 2022 e entrarão os resultados positivos de julho, agosto e setembro deste ano", acrescentou.

Ela ainda afirma que os núcleos de **inflação** monitorados pelo BC, que excluem elementos voláteis e não recorrentes, continuam pressionados.

Isso, diz a economista, indica que a **inflação** mais estrutural segue resiliente, desacelerando em ritmo mais lento. O C6 prevê IPCA de 5,8% em 2023.

Os núcleos são medidas que buscam captar tendências para a **inflação**. Para isso, medem o comportamento dos preços desconsiderando ou reduzindo o peso de fatores temporários sobre os índices.

Por exemplo, em uma medida de núcleo, é possível excluir do cálculo itens mais voláteis, como alimentos e combustíveis. A intenção é distinguir o que é transitório do que é mais persistente em um processo inflacionário.

Nesta terça, o IBGE ainda informou que o chamado índice de difusão diminuiu para 50% em junho. É o menor patamar desde maio de 2020 (43%), na fase inicial da pandemia.

Esse índice mede o percentual de subitens do IPCA com alta de preços. Ou seja, em junho, mostrou que a **inflação** ficou menos espalhada entre bens e serviços.

Leia mais na coluna de Vinícius Torres Freire, na pág. A18

Lula diz que Campos Neto é "tinhoso" e que taxa de juros precisa cair

"As pessoas que eram pessimistas estão vendo dólar cair, a economia crescer, sinais de que salário vai crescer, de que emprego vai crescer. Ou seja, as pessoas estão ficando mais otimistas.

A **inflação** está caindo e logo, logo vai começar a cair a taxa de juros, porque o presidente do Banco Central é teimoso, é tihoso, mas não tem mais explicação" disse o presidente em live nesta terça (11). O juros básicos (Selic) estão em 13,75% ao ano.

**Site:**

**<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50335&maxTouch=0&anchor=6480072&pd=1eacdbc3f89847f29e2c8892bc2c6eae>**

# Afinal, o que faz os economistas olharem o resultado com cautela?

**Carolina Nalin**

A queda na média dos preços de produtos e serviços no país em junho poderia indicar, à primeira vista, uma redução mais intensa dos juros adiante pelo Banco Central (BC).

Mas não foi essa a leitura do mercado. Logo após a divulgação do IPCA, índice oficial de **inflação**, a Bolsa caiu e os juros futuros também, indicando que o esperado recuo da taxa básica pode ser mais lenta.

Mas afinal, o que faz os investidores pisarem no freio e avaliarem que, mesmo após a deflação em junho, o BC deverá iniciar o ciclo de redução da Selic de forma cautelosa?

Um dos indicadores observados com lupa pelo BC é o chamado "núcleo da **inflação**".

Trata-se de uma métrica que acompanha os preços com comportamento mais estáveis, que não têm variações bruscas.

E, no mês passado, a deflação foi puxada em certa medida por fatores atípicos - como a queda no preço de carros novos pelo programa de descontos do governo e a redução nos combustíveis praticada pela Petrobras.

Por vezes, a variação mensal do IPCA aponta altas expressivas ou quedas abruptas, e tais movimentos podem ocorrer por fatores atípicos.

Por exemplo, em fevereiro, os reajustes de mensalidades escolares, que ocorrem só uma vez por ano, podem distorcer a média da **inflação**. Com muita frequência, são os preços de alimentos in natura - que flutuam com frequência, influenciados por fatores como safra e questões climáticas - que provocam este efeito.

Nesse sentido, o "índice cheio" do IPCA não é capaz de indicar uma tendência de longo prazo para a **inflação**.

Entre julho e setembro do ano passado, por exemplo, quando o IPCA registrou três meses de deflação, houve a falsa percepção de um alívio geral nos preços.

Mas a deflação no terceiro trimestre de 2022 foi apenas um efeito direto da decisão do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro de apoiar mudanças na legislação de **impostos** sobre combustíveis, que levaram a uma forte queda no preço da gasolina, visando uma redução nos preços antes da eleição.

Para entender a dinâmica de médio e longo prazo da **inflação**, o BC acompanha com mais atenção os núcleos da **inflação**. Eles excluem da conta choques temporários de preços.

E há dois métodos para isso: os núcleos podem excluir da conta os itens mais voláteis, como alimentos ou combustíveis, ou reduzir o seu peso frente aos demais itens.

O Banco Central utiliza cinco diferentes medidas de núcleos de **inflação**, com metodologias variadas. Alguns excluem os preços de alimentos consumidos no domicílio, outros eliminam da conta os chamados preços monitorados, como as tarifas. Outros fazem estatísticas de "suavização" das variações de preços.

No Relatório de **Inflação** trimestral publicado em junho, o BC informou que a média dos núcleos acumulou alta de 6,72% em 12 meses até maio. O resultado foi o dobro do IPCA do período, que ficou em 3,94% na mesma comparação.

E o que os números de junho indicam?

O resultado do mês de junho ainda sinaliza que os núcleos estão elevados. Em relatório, Alberto Ramos, diretor de Pesquisa Econômica para América Latina do Goldman Sachs, cita que a média dos núcleos de **inflação** ficou em 6,19% em junho, ante uma alta de 6,76% em maio. Assim como a maioria do mercado, ele espera uma redução de juros de 0,25 ponto percentual na próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom).

Nos cálculos de Luiza Benamor, analista de **inflação** da Tendências, a média dos núcleos de **inflação** desacelerou para 5,8% em junho, mas ainda é um fator de atenção. Em dezembro do ano passado, o indicador estava em 9%, mas ainda está bem acima do ideal a ser alcançado pelo BC.

- A leitura é que os núcleos permanecem pressionados, porque eles têm que estar compatíveis com a meta de **inflação** do Banco Central -explica Luiza.

\*

6,72% era a média de núcleos em 12 meses até maio, segundo o BC

É quase o dobro da **inflação** no período. Analistas veem desaceleração em junho, mas estão atentos

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Choque de interesses ameaça plano de taxa global da OCDE

As maiores economias do mundo buscam nesta semana resgatar um acordo tributário histórico da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), depois que dificuldades na implementação ameaçaram arruinar o esforço dos países para que empresas multinacionais paguem mais **impostos** onde operam.

Representantes de mais de 130 países estão reunidos em Paris discutir a aplicação de uma parte fundamental de um acordo tributário inovador que está sendo assolado por atrasos e problemas para sua ratificação. Na agenda, alterações na regra global que permitirá aos países se livrar da atual confusão de taxas nacionais sobre gigantes de tecnologia, como Google, Facebook e Amazon.

As autoridades também esperam que um embargo aos chamados "**impostos** sobre serviços digitais", prevista para expirar no início de 2024, possa ser estendida até que se chegue a um consenso sobre a reforma fiscal global. Sem uma extensão, guerras comerciais ocorrerão à medida que os países avançam sozinhos nas tentativas de obter mais receita das 100 maiores multinacionais do mundo - cobertas pelo pacto.

Os negociadores esperam adiar o embargo para 2025 por temerem que alguns países tenham dificuldades para ratificar o acordo.

Entre eles estão os EUA, onde muitas das maiores empresas de tecnologia do mundo têm sedes.

Uma fonte ligada às negociações disse que "o grande bode político na sala" é se os EUA conseguirem fazer o Congresso aprovar qualquer acordo firmado na OCDE. Embora o governo de Joe Biden apoie o acordo, que foi provisoriamente aprovado no fim de 2021, mudanças no acordo tributário exigem uma maioria de dois terços no Senado americano para sua ratificação.

Enquanto isso, alguns países emergentes temem que a solução global à tributação das Big Techs - apelada de "Pilar 1" nos círculos tributários mundiais - reduzirão suas receitas. "A Índia em particular tem sido inflexível", disse uma fonte ligada às negociações.

O objetivo das mudanças é atualizar as regras internacionais para que as 100 maiores companhias do mundo paguem mais **impostos** onde fazem

negócios. Hoje, os Ministérios das Finanças só podem tributar as receitas de uma empresa se ela estiver fisicamente nos países - abordagem que já não é adequada na era da digitalização.

O novo sistema exigirá que as multinacionais paguem **impostos** com base no local onde as vendas são feitas - mudança que, diz a OCDE, alterará onde se tributam US\$ 200 bilhões em lucros.

Especificamente, as mudanças se aplicarão às multinacionais com mais de 20 bilhões em receitas e uma margem de lucro acima de 10%. Para essas empresas, 25% de seus lucros acima da margem de 10% seriam taxados nos países onde elas realizam as vendas.

As objeções da Índia e de outros países emergentes se concentram nessa fórmula, que segundo eles vai favorecer os países desenvolvidos porque as maiores multinacionais realizam mais vendas nas economias mais ricas. A Índia também tem um imposto sobre serviços digitais do qual teria de abdicar caso assine o acordo.

A insatisfação dos países em desenvolvimento com a maneira que as negociações são conduzidas está levando alguns a ignorar o embargo sobre os **impostos** de serviços digitais e buscar medidas próprias para tributar as Big Techs.

O Sri Lanka originalmente participou das negociações na OCDE, mas em 2021 decidiu não apoiar o acordo. Agora, enfrentando uma aguda crise econômica que o obrigou a pedir um socorro de US\$ 3 bilhões ao Fundo Monetário Internacional (FMI), o país está considerando a possibilidade de criar um imposto de serviços digitais sobre "e-business".

Mesmo assim, duas fontes disseram ao "Financial Times" que o país está sob pressão do FMI para desistir desse plano e assinar o acordo da OCDE. A posição do FMI é de que "esse novo imposto prejudicaria os investimentos externos diretos no Sri Lanka", disse uma autoridade do governo.

"A solução ideal definitivamente é a cooperação, mas a solução mais realista para os países em desenvolvimento agora é adotar as medidas unilaterais", diz Verónica Grondona, ex-chefe da área

de **impostos** internacionais do Fisco da Argentina, que até janeiro esteve envolvida nas discussões.

Empresas que têm lutado para cumprir com o atual modelo "remendado" estão tensas com a possibilidade de fracasso do acordo.

A Câmara Internacional do Comércio alertou no mês passado que a importância de "um sistema tributário estável e previsível" para as empresas "não pode ser exagerada".

Apenas um acordo global e ratificado e que seja amplamente implementado poderia "alcançar esse objetivo", disse a associação em uma carta enviada ao secretariado da OCDE no mês passado.

As discussões terminam hoje.

Os negociadores pretendem publicar um texto consensual sobre a mudança de regra global, passo importante para avançar para uma cerimônia de assinatura no fim do ano. Depois, os países ratificarão o pacto em seus Legislativos.

No entanto, mesmo que um acordo provisório seja firmado nesta semana em Paris, uma fonte disse que "não está claro" se haverá uma "massa crítica" de signatários até o fim de 2023.

Encontro visa atualizar regras para taxar as 100 maiores companhias

**Site:**

[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187600?page=1  
&section=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187600?page=1&section=1)

# IPCA reforça queda de juro

**RAFAELA GONÇALVES**

Considerado uma condição para a redução dos juros, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), indicador que mede a **inflação** oficial do país, registrou recuo de 0,08% em junho na primeira queda do ano. Segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), esta é a menor variação para o mês desde 2017. O resultado vem na sequência de um avanço de 0,23% em maio. Com isso, no ano a **inflação** acumula alta de 2,87% e de 3,16% na janela de 12 meses.

Quatro dos nove grupos pesquisados tiveram queda em junho.

O indicador foi puxado para baixo especialmente pelos grupos de alimentação e bebidas (-0,66%), e transportes (-0,41%).

Segundo o analista da pesquisa, André Almeida, esses são os grupos mais representativos dentro da cesta de consumo das famílias.

Juntos, eles correspondem a cerca de 42% do IPCA. "Assim, a queda nos preços desses dois grupos foi o que mais contribuiu para esse resultado de deflação no mês de junho", explicou.

O grupo alimentação e bebidas foi influenciado, principalmente, pelo recuo nos preços da alimentação no domicílio. Destacaram-se as quedas do óleo de soja, das frutas, do leite longa vida e das carnes. "Nos últimos meses, os preços dos grãos, como a soja, caíram. Isso impactou diretamente o preço do óleo de soja e indiretamente os preços das carnes e do leite, por exemplo", esclareceu Almeida.

"Essas commodities são insumos para a ração animal, e um preço mais baixo contribui para reduzir os custos de produção.

No caso do leite, há também uma maior oferta no mercado", acrescentou o analista do IBGE. Já a alimentação fora do domicílio desacelerou em relação ao mês anterior, mas ainda registrou alta de 0,46%.

Em transportes, o resultado é atribuído ao recuo nos preços dos automóveis novos (-2,76%) e dos automóveis usados (-0,93%).

Além disso, todos os combustíveis pesquisados apresentaram queda. "A gasolina é o subitem de maior

peso individual no IPCA, com 4,84%", destacou Almeida.

Ele afirmou que a queda está relacionada ao programa de descontos para compra de veículos novos, lançado pelo governo federal no último mês, o que também pode ter relação com a queda do preço dos automóveis usados. As passagens aéreas, por outro lado, subiram 10,96%, após queda de 17,73% em maio.

Já no lado das altas, no grupo habitação (0,69%), a maior contribuição veio da energia elétrica residencial, seguida pela taxa de água e esgoto. Em ambos os casos, houve reajustes aplicados em algumas áreas de abrangência da pesquisa.

Por outro lado, houve queda nos preços do gás encanado, devido a reduções tarifárias, e do gás de botijão. Destaca-se, ainda, o resultado do grupo saúde e cuidados pessoais, influenciado pela alta nos preços dos planos de saúde, decorrente de reajuste autorizado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

"Quando a gente olha o índice de difusão, que mede percentual de produtos e serviços que registraram o aumento de preços em junho, dá pra gente ver que esse percentual ficou em 50%. Ficou bem abaixo do registrado no mês passado, mês retrasado, em maio. Isso é um bom sinal, significa que um conjunto menor apresentou aumento no último mês", destacou o economista do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV IBRE), André Braz.

## Serviços

As expectativas da **inflação** levaram o mercado a um consenso de que haverá um corte na taxa básica de juros (Selic), que está em 13,75% ao ano desde agosto do ano passado. No entanto, de acordo com analistas, os números de junho esfriaram a possibilidade de um corte mais agressivo, esperado para a próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) em agosto. A razão seria a **inflação** de serviços.

"A leitura chamou atenção para o desempenho dos itens de serviços pior que o esperado.

Três itens chamaram se destacaram, com aceleração maior do que a esperada: cabeleireiro, seguro de automóvel e alimentação fora do domicílio", apontou

Andréa Angelo, economista especialista em inflação da Warren Rena.

Angelo acredita que o desempenho do segmento deve fazer com que o Banco Central reduza os juros em 0,25 ponto percentual, e não em 0,5 ponto percentual, como projetavam os mais otimistas.

"Avaliamos que isso pode reforçar os argumentos da ala mais cautelosa do Copom, na linha de um ajuste inicial de -25 bps na reunião de agosto", destacou.

O economista-chefe do PicPay, Marco Caruso, afirmou que a dinâmica de serviços, "observada com lupa pelo Banco Central", ainda inspira alguma cautela.

Olhando à frente, ele destacou que junho deve marcar a mínima recente do IPCA anual, que deve voltar a subir no segundo semestre.

"Dito isso, mantivemos a projeção em 4,9% para 2023 desde a última revisão do nosso cenário. A boa dinâmica dos alimentos, dos bens industriais e do câmbio, além das atuações do governo sobre certos preços, explicam boa parte dessa mudança", avaliou Caruso.

**Site:**

**<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/07/12/all.pdf>**

# Anatomia da deflação (Editorial)

A confirmação de que houve deflação para os consumidores no mês de junho excitou, previsivelmente, propagandistas do governo, seja para exaltar seus feitos reais ou imaginários, seja para reforçar as pressões pela redução dos juros do Banco Central fomentadas por Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

É fato que parecem dadas as condições para o corte das taxas do BC a partir do início de agosto, quando o Comitê de Política Monetária (Copom) volta a se reunir. Entretanto o detalhamento do IPCA do mês passado ainda não mostra um cenário tão tranquilizador.

Índices de preços negativos não são novidade. O país os registrou em julho, agosto e setembro do ano passado, para ficar no exemplo mais recente -naquela ocasião, graças a uma intervenção eleitoreira de Jair Bolsonaro (PL) para desonerar os combustíveis, além da queda de cotações de matérias-primas no mercado global.

Em menor grau, a combinação de sorte e artificialismo se repete agora. Tanto houve barateamento circunstancial de alimentos e combustíveis quanto o efeito do programa equivocado para favorecer a compra de automóveis.

Assim, a ligeira deflação de 0,08% em junho não marca o fim do surto inflacionário que se seguiu, no Brasil e no mundo, à pandemia de Covid-19 -como a deflação de 2022 tampouco marcava.

O IPCA cai, sim, mas não está em nível tão confortável como pode sugerir a taxa acumulada de apenas 3,16% nos últimos 12 meses. Em cálculos que excluem preços muito voláteis ou variações pontuais exageradas, os chamados núcleos da **inflação** ainda mostram taxas na casa dos 6% no período.

Da mesma forma, o setor de serviços, no qual as tendências de preços são mais estáveis, registrou alta de 0,62% em junho e 6,21% em 12 meses, cifras elevadas. Não por acaso, refrearam-se no mercado financeiro apostas em um corte mais agressivo dos juros.

O que há de mais positivo é que o país vai superando gradual e consistentemente uma **inflação** que chegou ao patamar de dois dígitos -e teve impactos particularmente dolorosos para os estratos mais pobres da população.

O feito, se confirmado mais à frente, não se deverá ao voluntarismo de governantes, mas à persistência das balizas da política econômica, aí incluídos a autonomia do BC e os limites, mesmo falhos, para a expansão do gasto público.

Há um custo momentâneo e não desprezível para o crescimento do **PIB** e a geração de empregos, sem dúvida, mas basta uma comparação com os flagelos da vizinha Argentina para constatar que muito pior seria evitar os ajustes.

**Site:**

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50335>

# FMI vê crescimento de 3% para economia mundial

**I ANDRÉ MARINHO**

O Fundo Monetário Internacional (FMI) projeta que o crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) global ficará em cerca de 3% nos próximos cinco anos, informou ontem a diretora-gerente da instituição, Kristalina Georgieva.

Segundo Georgieva, os números representam a mais fraca projeção de médio prazo para a atividade econômica mundial em várias décadas. A dirigente explicou que a guerra na Ucrânia "jogou água fria" na recuperação da crise provocada pela pandemia de covid-19. "O impacto combinado desses choques exógenos se traduzem em crescimento mais lento e **inflação** alta", disse.

Georgieva acrescentou que as taxas de **inflação** no mundo estão "finalmente indo na direção correta", mas não em ritmo suficiente para que os bancos centrais relaxem a postura. "Vimos um impressionante aumento de juros sincronizado, que ajudou a lidar com essa carga de **inflação**."

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# IPCA de junho é resultado do trabalho do BC (Editorial)

Com a baixa em junho do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 0,08%, o acumulado dos últimos 12 meses ficou em 3,16%, o menor percentual desde setembro de 2020. Uma outra medida conhecida como núcleo de **inflação**, que busca identificar a tendência dos preços, sem levar em conta choques temporários, também teve queda.

A média dos cinco núcleos monitorados pelo Banco Central (BC) no acumulado de 12 meses saiu de 6,72% em maio para 5,99% em junho, segundo cálculos da MCM Consultores.

O evidente processo de desinflação é prova da eficiência do trabalho do BC, que começou a elevar os juros na tentativa de controlar a escalada dos preços há mais de dois anos. A partir de janeiro, a luta ganhou o reforço do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, responsável pela elaboração de uma nova regra fiscal. **Inflação** alta, é sempre bom lembrar, significa perda de renda para os trabalhadores.

Após o anúncio do IPCA, a dúvida de economistas não é mais se os diretores do BC iniciarão em agosto, mês da próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), o processo de queda da taxa básica de juros, a Selic, desde 2022 em 13,75%. O questionamento agora é se o corte será de 0,25 ou 0,5 ponto percentual. A confiança nesse cenário é grande, apesar das projeções de que a **inflação** aumentará entre julho e dezembro em relação ao mesmo período de 2022.

A explicação é a base de comparação.

Foi no segundo semestre do ano passado que aconteceu a desoneração dos combustíveis. Por isso os índices de agora até o fim do ano devem crescer. Mesmo assim, a média das projeções de analistas é de um IPCA abaixo dos 5% para 2023.

Caso fique em 4,75%, estará dentro do teto da meta do BC.

A mudança de perspectiva é digna de nota. Há três meses, a previsão do mercado para a **inflação** deste ano era de cerca de 6%. As projeções para 2024, 2025 e 2026 também passaram por um período de alta desde que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva deu início a ataques frequentes ao presidente do BC,

Roberto Campos Neto. A desancoragem das expectativas era patente. A recente decisão do Conselho Monetário Nacional (CMN) de manter as metas dos próximos dois anos em 3% ajudou a dissipar temores. Os últimos dados do IPCA e dos núcleos fortaleceram a leitura positiva.

Os mesmos analistas econômicos que no início do ano apostavam num aumento descontrolado das despesas da União hoje confiam que Haddad conseguirá entregar um déficit de aproximadamente R\$ 100 bilhões, valor bem abaixo do previsto no ano passado. Uma alta maior dos gastos elevaria a demanda por produtos e serviços, aumentaria o índice de **inflação** e tornaria ainda mais difícil o trabalho do BC.

É verdade que o ceticismo em relação às promessas de trajetória da dívida até o final da administração continua alto. Para serem cumpridas, o governo terá de aumentar a arrecadação de forma drástica, algo incerto. Independentemente disso, a queda dos juros deve melhorar o cenário fiscal, com a redução do ritmo de crescimento da dívida e o estímulo da economia. A persistência do BC ainda dará muitos frutos.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Para Fazenda, "processo desinflacionário está em curso"

O Ministério da Fazenda considera que o IPCA de junho mostra "que o processo desinflacionário já está em curso e é bastante evidente".

Assim, o cenário abriria espaço para o Comitê de Política Monetária (Copom) cortar a taxa básica de juros em 0,5 ponto percentual não só na próxima reunião, mas também nas seguintes.

Divulgado ontem pelo IBGE, o IPCA de junho alcançou 3,16% no acumulado de 12 meses, contra 3,94% em maio.

Segundo um técnico do Ministério da Fazenda, os resultados do mês passado mostram que "flexibilizações da política monetária podem acontecer em ritmo adequado de 0,5 ponto percentual a partir da próxima reunião".

Ele destaca, por exemplo, que a média dos principais cinco núcleos de **inflação** (medida que exclui do cálculo itens com preços mais voláteis) acumulada em 12 meses recuou de 6,72% em maio para 5,99%. Já o índice de difusão, que mede a quantidade de itens cujos preços subiram no mês, caiu de 56% para 49,6%. O indicador ficou em 57,2% na média dos últimos três meses, "abaixo da média dos três meses anteriores".

Por sua vez, a trajetória de preços dos serviços, "que deixou parte do mercado preocupado, foi apenas uma aceleração pontual e que nada tem a ver com mercado de trabalho", segundo o técnico. Isso porque "os principais itens que impactaram" de maneira altista os preços de serviços em junho foram passagens aéreas, um item "bastante volátil e sazonal", condomínio, aluguel residencial e conserto de automóveis.

Já o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou também ontem que o IPCA de junho foi "o esperado". "O Brasil hoje está na melhor situação possível, e nós temos tudo para começar um ciclo novo de desenvolvimento", disse ao retornar ao Ministério da Fazenda, depois de reunião com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). "Espero que a gente tenha mais boas notícias a partir de agosto." Por fim, o Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO) afirmou que a queda de 0,08% do IPCA, na comparação com maio, mostra um "aprofundamento

do processo de desinflação".

"Há um processo de desaceleração da **inflação** acumulada. É fato que haverá um aumento deste indicador (IPCA) a partir de julho, efeito base, mas deve-se destacar que os resultados divulgados são inferiores ao projetado pelo mercado nos meses anteriores e que o processo desinflacionário está ocorrendo", disse em nota publicada após a divulgação do IBGE.

O MPO destacou ainda que quatro dos nove grupos do IPCA tiveram deflação em junho e que seis dos nove tiveram variação de preços menor na comparação com maio. A nota do ministério ainda chamou atenção para a deflação de 1,07% do subgrupo alimentação no domicílio, a maior queda para um mês de junho desde 2010 e maior para qualquer mês desde agosto de 2017.

"Temos tudo para começar um ciclo novo de desenvolvimento" Fernando Haddad

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187600?page=1&section=1>